

ATA DEGRAVADA 214ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1

2 Aos dezenove dias do mês de Agosto de dois mil dezesseis, às nove horas, na plenária do 3º
3 andar da Casa de Direitos – MG, realizou-se a Ducentésima Décima quarta Plenária Ordinária do
4 CEAS, coordenada pela Vice-presidente Simone Aparecida Albuquerque, na presença dos
5 seguintes conselheiros titulares: Rodrigo dos Santos - ASSPROM, Geisiane Lima - Cáritas, Luiz
6 George M. da Trindade - CMAS de Lagoa Santa, Volney Costa – PSIND, Wilson de Sales Lana –
7 SEF, Silvana Campos-SEE; Soyla R. S. Pereira - CMAS de Paracatu, Leonardo Ladeira –
8 SEPLAG, Rosilene Aparecida Tavares – CRESS, Isac dos Santos Lopes – ASQUIS (na condição
9 de titular), Leonardo Koury – SEDA, Raquel F. Ferreira – CMAS de São Francisco de Paula,
10 Lúcia Elena Santos J. Rodrigues – COGEMAS, Soyla R. dos Santos Pereira – CMAS de
11 Paracatu, Cristiane Isabel Felipe – IMSNS, Maira Colares – SEDESE, Walter Figueiredo –
12 Federação das APAE's, Josiany Vieira de Souza – ACONESQUISTAC e Marta ELizabete Souza
13 – SES. Dos conselheiros suplentes: Érica Andrade – CRP, Isabela de V. Teixeira – SEDESE,
14 Maria Pascoa Andrade – COGEMAS, William Santos Franca - CMAS de BH, Marta Maria V.
15 Castro da Silva – SEDESE, Roseane Cristina dos Santos – FENEIS e Sandra Regina Ferreira
16 Barbosa- SINTIBREF. E dos membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani; Nilce Araújo,
17 Claudia Alexandre, Adelmira Cerqueira, Regina Caldeira, Vera Lucia, Rosalice Tassar; Leonardo
18 Lobato, Raquel Trindade, Ângelo Machado e Rosângela. A plenária teve início com a fala da Vice-
19 Presidente. SIMONE: Bom dia gente. Bom dia conselheiros (as). Eu quero cumprimentar a nossa
20 secretária executiva, Consolação, e toda a equipe da secretaria executiva. Eu quero aproveitar e
21 apresentar a nova servidora aqui da secretaria executiva. Eu gostaria que ela se levantasse. Ela é
22 a servidora Tânia. Muito bem vinda, Tânia. (APLAUSOS) Muito obrigada. Eu quero cumprimentar
23 também a Isabel, do MP. (APLAUSOS). É uma presença sempre muito importante e participativa
24 do MP em nossas reuniões. Quero mandar um abraço fraterno para a Dra. Paola, promotora. Eu
25 quero cumprimentar também o William de Souza. Seja muito bem vindo, William. Muito obrigado
26 pela presença. (APLAUSOS) Quero cumprimentar também a Elda, de Pedro Leopoldo. Muito
27 obrigada pela presença. (APLAUSOS) Quero cumprimentar também o Marcelo, de Belo
28 Horizonte. (APLAUSOS) Quero cumprimentar também o Bruno Alves. É um honra também Bruno.
29 (APLAUSOS) Ele é assessor do dep. André Quintão. É sempre muito bom tê-lo aqui conosco. Eu
30 quero também desejar que a gente tenha muita energia nesse dia de hoje, pra gente ter
31 capacidade de lutar e resistir. E dedicar esse dia, essa manhã do dia de hoje, à aniversariante,
32 Geise. (APLAUSOS) Parabéns Geise! Que Deus abençoe sempre e a proteja. Muito obrigada
33 pela sua colaboração aqui ao nosso Conselho Estadual. Eu vou passar para a nossa secretária
34 executiva, pra que ela possa verificar o quórum pra nós. CONSOLAÇÃO: Estamos com quinze
35 conselheiros. Então temos quórum, inclusive qualificado. SIMONE: Eu vou passar de novo para a
36 nossa secretária executiva para apreciação das atas da 212ª e 213ª plenária. É apreciação das
37 atas dessas plenárias. CONSOLAÇÃO: Foram encaminhadas para todos os conselheiros as duas
38 atas. Não houve nenhum retorno em relação a algum tipo de problema que pode ter tido na
39 desgravação. E também quero informa-los que nós estamos tendo a colaboração do conselheiro
40 Wilson, que está fazendo a revisão das atas em parceria com a secretaria executiva. **SIMONE:**
41 Então em discussão as duas atas. Não havendo quem queira discutir, considera-se então
42 aprovadas as atas da 212ª e 213ª plenárias do Conselho Estadual. Agora eu vou fazer leitura das
43 justificativas de ausência. Quero justificar a ausência da conselheira Marta Viera Castro da Silva.
44 Ela hoje está participando de uma câmara técnica sobre um acordo do governo federal com o
45 governo estadual. Quero também justificar a ausência da nossa querida presidenta, Maria Alves,
46 que está esperando para dar a luz a uma menininha. Também quero justificar a ausência agora
47 na parte da manhã da conselheira Isabela Vasconcelos Teixeira. E também, da conselheira
48 Fabrícia Ferraz Lopes, da SEAPA. Então estão justificadas essas ausências. Eu quero dizer que
49 nós estamos contando aqui com a presença do William de Souza, é o segundo suplente
50 representante da Associação Quilombola Marques. Ele vai acompanhar a nossa reunião. Eu

51 espero que sejam feitos todos os esforços para que ele seja' nomeado conselheiro pela nossa
52 reunião. Também quero anunciar aqui, e também agradecer, a presença da Roseane Cristina dos
53 Santos. Muito obrigada Roseane por sua presença aqui. A Roseane é a primeira suplente
54 representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Eu vou passar para
55 a Roseane e depois para o William para eles se apresentarem aqui no Conselho. Aos dois eu
56 digo que em breve nós iremos nomeá-los. A Roseana já está nomeada, não é Roseane?
57 Desculpa. Ela já foi nomeada. Então eu vou dar posse para ele hoje. O William está
58 acompanhando a nossa reunião e será nomeado e empossado no próximo pleno. Então, já de
59 antemão, Roseane, eu nomeio você. Eu peço para trazer o termo de nomeação para a
60 conselheira Roseane. Eu peço para que você assine e depois se apresente para que os
61 conselheiros possam conhecê-la. Uma salva de palmas gente. (APLAUSOS) Então, por favor, se
62 apresente. **ROSEANE:** Bom dia gente. Como já foi dito, meu nome é Roseane. Eu sou assistente
63 social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Lá nós estamos trabalhando
64 na defesa de garantia de direitos dos surdos. É um prazer está participando aqui. (APLAUSOS)
65 **SIMONE:** Muito obrigada Roseane. Seja bem vinda. Agora eu passo para o William se apresentar
66 para os conselheiros também. Por favor, William. Pode sentar aqui também William, por favor.
67 **WILLIAM:** Bom dia a todos (as). Eu cumprimento toda a mesa. Eu sou o William, Associação
68 Quilombola Marques. Estou aqui para poder representar a nossa comunidade como entidade. Eu
69 sou um usuário também. É um prazer poder estar aqui com vocês. Eu saí do município com 500
70 km para poder estar aqui. Muito obrigado e bom dia a todos. (APLAUSOS) **SIMONE:** Qual é o
71 município? **WILLIAM:** Município de Carlos Chagas. **SIMONE:** Muito obrigada William. Seja muito
72 bem vindo aqui ao nosso Conselho. Eu vou passar a palavra agora para o conselheiro Rodrigo.
73 Ontem o conselheiro Rodrigo e o conselheiro Walter, ou qualquer um dos dois, ficaram
74 responsáveis de fazer uma discussão na sociedade civil para indicação do primeiro secretário da
75 mesa diretora do Conselho Estadual. Estava faltando uma representação da sociedade civil. Eu
76 quero pedir ao senhor Walter ou ao Rodrigo que eles façam o relato pra nós e digam que é o
77 indicado pela sociedade civil para compor como primeiro secretário a mesa do CEAS. **RODRIGO:**
78 Bom dia a todos. A sociedade civil se reuniu com os conselheiros que estavam nas comissões.
79 Então nem todo mundo estava presente. Mas foi um acordo. Eu quero dizer a este pleno que será
80 a Geisiane, uma vez que ela está lá na política e no papel de execução. Então a gente confia que
81 ela seja a nossa representação na mesa diretora. Quer falar alguma coisa Geise? (APLAUSOS)
82 **GEISIANE:** Bom dia, conselheiros. Eu quero agradecer as felicitações pelo meu aniversário,
83 muito obrigada. Eu quero dizer que é uma alegria. Desde que eu assumi a missão de estar neste
84 Conselho, de lutar pelo política, eu sempre me comprometi. Dentro das minhas dificuldades e
85 possibilidades eu me empenho para isso. Eu quero me comprometer, diante de todos um
86 empenho ainda maior. E agradecer, é claro, pela confiança da sociedade civil. Eu represento a
87 Cáritas neste Conselho, mas a luta é maior pela política e pela garantia de direitos, não só das
88 entidades, mas os usuários e todos aqueles que necessitam de uma justa luta pela política de
89 assistência social. Então é isso. Mais uma vez, eu me coloco a disposição. **SIMONE:** Então
90 Geise, a senhora já pode ocupar aqui a sua cadeira. (VOZ AO FUNDO) Muito bem vinda
91 Geisiane. Para que todos saibam, inclusive os nossos novos conselheiros, a presidência ampliada
92 do Conselho ela encaminha as questões. Mas só encaminham aqui as deliberações tomadas pelo
93 pleno. É mais uma estratégia da democratização da gestão compartilhada aqui do Conselho
94 Estadual. **LEONARDO LADEIRA:** Eu queria fazer uma referência aqui dessa mesa diretora. Ela é
95 composta só por mulheres. (APLAUSOS) **SIMONE:** Bem que podia ter uns dois homens! Eu
96 acho! Risos **RODRIGO:** Simone! **SIMONE:** Pois não. **RODRIGO:** Como você falava pra gente
97 dessa designação da mesa, a gente ficou devendo também de tirar a representação dos quatro
98 conselheiros que estão sem condição. São os dois Willians, a representante do FENEIS e o
99 Isaque. Eu não sei se é o momento, mas como era um dever nosso. **SIMONE:** Sim Rodrigo. Pode
100 complementar o seu informe. Depois também eu vou dar o informe da reunião sobre as
101 representações. Pode complementar. **RODRIGO:** Então, o Isaque estava presente. (VOZES

102 PARALELAS) **SIMONE:** Está bom. Muito obrigada Rodrigo. Eu vou passar para a Lúcia, pra ela
103 poder ler também as indicações que nós fizemos das representações governamentais que
104 estavam faltando. Lúcia, por favor. **LÚCIA:** Bom dia a todos (as). Nessa recomposição: Deise
105 Canestro Maciel, da secretaria de estado da educação para comissão de normas; A Gabriela Nair
106 Figueiredo, da secretaria estadual de planejamento e gestão, para a comissão de orçamento e
107 financiamento; A Raquel Francisca, do CMAS de São Francisco, já está na comissão de apoio; O
108 William dos Santos Franca, do CMAS de BH, para a comissão de apoio aos Conselhos. **SIMONE:**
109 Obrigada Lúcia. Senhor Walter. **WALTER:** O Isaque também é da comissão de apoio. **SILVANA:**
110 A Deise, da educação, ela é a minha suplente. Ela só comparecerá quando eu não puder vim, em
111 função dos trabalhos da secretaria. **SIMONE:** Só para informar aos conselheiros. No Conselho,
112 regimentalmente, todos os conselheiros participam de comissão. Depois você conversa com ela
113 sobre isso, e aí a gente conversa. Na verdade, aqui a gente está cumprindo o regimento interno
114 do Conselho. O Conselho Estadual convoca todos os conselheiros suplentes. Eles participam
115 também das comissões. Depois a gente conversa. Vamos ver como que a gente faz
116 especificamente para essa questão. William. **WILLIAM:** Eu até já andei participando da comissão
117 de normas. Eu gostaria de ficar na comissão de normas. **SIMONE:** Oba! Gostei! Lacrou! **RISOS**
118 Que bom! A comissão de normas é bastante importante. Fala William. **WILLIAM:** Só uma correção.
119 No meu nome tem que tirar um L. Está errado viu? É só tirar um L, por favor. **SIMONE:** O nosso
120 próximo ponto de pauta eu vou convidar o Bruno, como representante da frente estadual em
121 defesa do SUAS. Você pode sentar aqui do meu lado. Pega uma cadeira, por favor. Eu vou
122 pedir ao Bruno para fazer um relato. O Conselho Estadual participa e integra a frente estadual em
123 defesa do SUAS. Mas ontem na reunião ampliada o conselheiro Rodrigo solicitou que nós, da
124 presidência ampliada, trouxéssemos essa discussão aqui para o pleno, porque tem três
125 conselheiros que estão participando da frente estadual em defesa do SUAS. Mas eles não
126 passaram pela deliberação do pleno. Então, o Rodrigo achou melhor trazer essa discussão aqui
127 para o pleno. O Bruno vai dar o informe geral, depois eu passo para o Rodrigo para ele explicar
128 como esses conselheiros estão integrando nesse momento a frente. E aí, depois então, a gente
129 vai vê de fato que vai representar o Conselho na frente estadual. Bruno, por favor. **BRUNO:** Bom
130 dia a todos e todas. É um prazer voltar a este Conselho. A gente constituiu um movimento em
131 defesa do SUAS constituindo os trabalhadores, usuários, as entidades e todos os atores que
132 contribuem para a construção do SUAS. Esse movimento fez ações que foram amadurecidas e
133 construídas em conjunto. Foi lançado um manifesto de criação da frente mineira. Então na última
134 reunião do COGEMAS foi lançada “a frente mineira em defesa do SUAS e da seguridade social”,
135 com a assinatura de mais de quarenta entidades do Estado. Então todas as representações,
136 todos os segmentos que compõe o Conselho: entidade, usuário e trabalhador, estão
137 representados nessa frente. São diversas entidades compondo. Atualmente a frente mineira
138 possui uma coordenação provisória. Um grupo está coordenando os trabalhos para que haja um
139 encontro estadual, possivelmente em setembro. A gente teve uma reunião ontem, até o
140 conselheiro Rodrigo participou. Aqui tem a conselheira Sandra e o Volney também. Eles estão
141 construindo esse debate conosco. Esse encontro estadual possivelmente vai ser em setembro. A
142 gente ainda não tem definido o local e nem o horário. Nesse encontro vai ser tirada uma
143 coordenação e a entidade que ficará responsável pela secretaria executiva da frente. Nós
144 participamos em Brasília da reunião das frentes estaduais com a frente nacional. A frente
145 estadual esteve representada pelo vice-presidente do Conselho Social, o Jefferson, e pela Sandra,
146 que também compõe a frente nesse momento. Então nós estamos nesse passo com a frente
147 mineira. A gente tem uma página no facebook “frente mineira em defesa do SUAS.” Temos um
148 grupo ampliado no whatsapp. Quem quiser ser incluído é só solicitar. Nesse momento a gente
149 está com essa discussão. É isso até o momento. **SIMONE:** Muito obrigada Bruno. Eu quero fazer
150 uma correção aqui. Eu quero dizer aos senhores que eu estou meio “lelé” hoje. Não sei se é
151 porque eu estou com problema na coluna. Mas, na verdade gente, desculpa. O conselheiro
152 Rodrigo ele foi indicado pela nossa presidenta para representar o Conselho na frente. Mas ele

153 levou para a presidência ampliada ele ter sido indicado e não ter passado aqui pelo debate no
154 pleno do Conselho Estadual. Isso é extremamente importante e legítimo. Quanto mais
155 conselheiros puderem participar, melhor. Não tem problema. Hoje estão participando o
156 conselheiro Rodrigo, o conselheiro Volney e a conselheira Sandra. Inclusive o conselheiro Volney
157 e a conselheira Sandra participam de sindicatos que tem uma atuação estadual. E também,
158 temos um conselheiro que também participa da frente, que é o conselheiro Léo Koury. Como a
159 questão foi trazida pelo conselheiro Rodrigo, eu vou passar para ele colocar a questão aqui para
160 o pleno. **RODRIGO:** O que eu queria trazer para os conselheiros é que é um momento nosso de
161 união, de esforço. Ontem eu falava na mesa diretora que independente de quem seja a gente foi
162 beneficiado com essa ação da política pública da assistência social nesse país. Isso é um
163 benefício em relação ao reconhecimento de direito e deveres. É o momento de a gente buscar um
164 elo mesmo de entendimento sobre situações que já estão ocorrendo. Quando a gente relativiza
165 não é só essa questão pública. A gente tem também na nossa rede socioassistencial algumas
166 interpretações. A gente tem uma instituição aqui em Minas Gerais, que está aqui neste Conselho,
167 que está com o CEBAS em suspensão, e por ironia do destino essa instituição ganhou um prêmio
168 na conferência nacional alguns meses atrás. Então a gente não está conseguindo entender o que
169 o governo vem pensando em como que é a assistência social, uma vez que ele está tomando as
170 suas decisões via decreto, sem respeitar aqueles que estão nas instituições por anos e anos. Eu
171 acho que é o momento nosso de tentar buscar forças uns com os outros. É isso. Em relação a
172 essa participação, eu queria falar com muito respeito a todos que tanto eu, como a Sandra e o
173 Volney estamos lá pelo interesse em defender a assistência social. Mas todos vocês são
174 queridos, todos vocês são capacitados para essa possível representação. Eu trouxe essa
175 possibilidade ontem da gente referendar aqui um ou mais representantes pra gente encorpar essa
176 frente. Então estou trazendo essas informações. Eu também queria dizer para vocês que como
177 representante de entidade, quando a gente pensa no tencionamento sócio-político lá da nossa
178 rede, a gente vai esbarrar em algumas entidades do pólo Belo Horizonte, o pólo em qual a minha
179 entidade pertence. Eu tenho representante lá que tem sido escalado diretamente para nos
180 representar. Então eu trouxe esse desconforto também para a mesa, uma vez que a onde ele
181 está eu não posso estar. A gente está decidindo essa forma nossa de representação nesses
182 processos que estão vindo aí. Eu queria deixar isso aqui pra vocês. Que esse pleno seja bem
183 objetivo em que vai representar e como que a gente vai fazer. Eu já quero alertar vocês que não é
184 pra hoje, é pra ontem! A gente já está buscando uma agenda agora pra setembro. Essa nossa
185 composição é uma composição de enfrentamento do momento. Então terá outra composição
186 mais forte. Mas para esse início de trabalho tem que ter alguém para poder organizar. Se a gente
187 puder compor essa mesa e levar um pouco do que a gente está pensando, a gente se sentiria
188 bem confortável e muito feliz por ter essa possibilidade. Obrigado. **SIMONE:** Conselheira Sandra.
189 **SANDRA:** Bom dia a todos, gente. É muito interessante quando ele traz esse processo aqui de
190 legitimar, porque foi assim também lá no início. Nessa reunião da frente mesmo, antes saiu uma
191 carta onde as entidades foram convidadas para assinar e apoiar, ou não. Então a gente fez todo
192 um movimento com as entidades. Antes de assinar a carta eu tive que perguntar ao SINTIBREF:
193 “Estamos juntos?” A gente representa, mas a gente não tem uma autonomia total. O Fórum
194 estadual assinou a carta. E em discussão, formamos a coordenação provisória com aquelas
195 instituições. Tinha que ter dois representantes para representando no nacional. Na verdade, eu já
196 estaria lá em Brasília. Então facilitou e ajudou nos estarmos lá, porque não dava tempo par
197 passagem e dinheiro sendo que a reunião seria na sexta. E aí, fomos e representamos lá na
198 frente nacional. Ainda tem muita coisa para acontecer. Vários Estados que estavam lá presentes
199 estão neste momento que a gente já teve, estão construindo todo esse movimento. Para legitimar
200 o processo, essa frente estadual está propondo esse seminário, para saber quem que vai ficar,
201 qual a diretoria, a secretaria executiva. O CRP se colocou a disposição para dar todo esse apoio.
202 Muita coisa ainda a gente está acontecendo. Nós fizemos o relato de como que estão difíceis esses
203 movimentos. Eles elogiaram demais o movimento Minas lá em Brasília. Mas agora todo mundo

204 está ficando cada vez mais angustiado frente às mudanças e ao desmonte. A CUT e outros
205 representantes de trabalhadores estavam falando pra unirmos esforços com outros segmentos,
206 fazer um grande movimento. Isso que estamos fazendo não está fazendo nem cosquinha nesse
207 pessoal que já estão com projetos conspirados Então a gente tinha que buscar outra estratégia de
208 mobilização. Nós propomos o seminário estadual, como o Bruno já falou. A gente chegou a
209 constatação de que sozinhos a gente não vai conseguir. A CUT fez um relato muito importante de
210 como que está tudo em torno do dia 16. Enquanto a medalha de ouro e a bandeira estão subindo,
211 as coisas estão passando na Câmara e já estão indo para o Senado, e ninguém está sabendo
212 disso. Está tudo acontecendo na calada e a gente está perdendo tempo. Então tem que ser
213 urgente. Temos que fazer um grande movimento. Nesse momento o que eu queria dizer é isso.
214 Já teve uma reunião ontem, não é Bruno? Eu não pude estar, mas eu me socializei um pouco. O
215 Jeferson acompanhou comigo lá no nacional. Obrigada. **SIMONE:** Conselheiro Leonardo.
216 **LEONARDO KOURY:** Eu creio que para um país com tanto barulho, o nosso silêncio incomoda
217 demais. Eu acho que essa relação da importância da gente ter 40 entidades, talvez seja outro
218 momento histórico, até de avanço do SUAS. No avanço a gente não conseguiu no tempo que a
219 gente teve 40 entidades em uma relação mais programática. Eu acho que esse é o papel da
220 frente mesmo, não é? Que a gente tenha um setembro de acúmulo também de contexto, de
221 histórias. Mas ao mesmo tempo, que a gente consiga fazer com que o SUAS reflita uma disputa
222 que também está dentro das outras políticas sociais. Eu acho que é esse o grande desafio. O
223 pessoal da presidência está ainda com muita dificuldade de organizar, os próprios trabalhadores.
224 A gente tem uma situação na saúde que é um pouco mais confortável para Minas enquanto SUS
225 de organização desses movimentos e segmentos. Se você for considerar em relação às outras
226 políticas públicas nós temos muitos segmentos, muita diversidade e muito interesse, interesse às
227 vezes diversos e com uma perspectiva do quê que o SUAS representa para os seus segmentos,
228 mas também para a sociedade. Mas nós não podemos ficar calados. Eu acho que todo
229 movimento e esse espaço de discutir não a representação, mas o simbolismo do Conselho
230 Estadual, ele é importante, porque isso gera ordenamento da luta social agora presente, que é
231 uma classe de luta por partes dentro do processo capitalismo. Não podemos perder isso e vista,
232 até porque quem sofre com o golpe não é quem está fora do governo, mas é o povo brasileiro que
233 está sofrendo desmonte de direitos históricos, não só da PL 257 e várias outras questões que
234 estão colocadas pós-governo interino. Cada dia que se passa se torna infelizmente mais real,
235 menos democracia e mais avanço da perda de direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro.
236 **SANDRA:** Posso complementar? É rapidinho. **SIMONE:** Pode. Depois você passa para a
237 conselheira Máira, por favor. **SANDRA:** Eu coloquei na reunião com o nacional a experiência que
238 a gente está tendo com a criança e o adolescente. Nós estamos batendo na porta da procuradoria
239 geral da república. Isso surgiu efeito diante dos desmontes, da suspensão de decreto. Nós eu falo
240 enquanto Fórum Nacional da Criança e do Adolescente, e o CONANDA. Será que a gente não
241 tinha que está buscando, colocando e denunciando? No sentido do que já é lei, do já está
242 modificado. Eles não estão respeitando. Na criança a gente fez isso e está surgindo efeito. A
243 assistência social tem muita coisa que a gente poderia elencar e buscar termos legais. “Isso aqui
244 já é lei. Vocês apresentam a proposta e vamos votar.” Nós conversamos com o Fórum Nacional
245 da Criança e do Adolescente – CONANDA. A gente já fez as reuniões. Então é só estou
246 lembrando isso. A gente tem que buscar os trâmites legais da questão do que já está solidificado.
247 **MAÍRA:** Bom dia a todos (as). Eu só queria ressaltar uma questão. Como trouxeram o relato do
248 CEAS com a frente em defesa do SUAS, eu queria chamar a atenção para a questão de a gente
249 criar estratégia de capitalizar essa discussão no Estado, seja através da organização dos
250 trabalhadores, ou dos usuários, as das entidades. Mas que a gente consiga levar essa discussão
251 para o interior do Estado. Que a gente consiga fazer esse papel de disseminar essa discussão,
252 inclusive com os usuários. Quando a gente tem um nível de pressão local isso tem uma
253 repercussão política importante, inclusive com a data do legislativo que é um ator super
254 importante nessa discussão. Todos os desmontes eles têm um rebatimento no legislativo. Então

255 se a gente consegue mobilizar os deputados estaduais, os deputados federais nessa discussão
256 isso também pode contribuir. **SIMONE:** Eu quero passar para a Rosilene. **ROSILENE:** Tem uma
257 organização bem bacana no dia 07 de setembro. Eu participei de uma reunião. A bandeira é levar
258 a política de assistência, da saúde e todas essas questões de garantia de direito. É um espaço
259 bem interessante pra gente aproximar e participar. **SIMONE:** Nesse sentido, eu, sinceramente,
260 concordo com o Léo Koury e com o Bruno. Eu acho que Minas tem dado um exemplo de
261 organização forte em defesa da seguridade social, particularmente da assistência social. Eu
262 queria sugerir o seguinte gente, olhem só. Eu conversei com o Bruno aqui. Não precisa ter um
263 representante da frente. A minha sugestão é que, se os conselheiros concordassem.
264 Continuariam participando da frente: o conselheiro Volney, a conselheira Sandra e o conselheiro
265 Rodrigo, como representantes do Conselho Estadual. Continuam. E na hora que tiver eleição
266 definitiva da frente em defesa do SUAS aí nós teremos a indicação de um único conselheiro. Aí
267 tudo bem. Todos concordam, a gente indica um. E para indicação na frente à gente continua
268 utilizando a regra do Conselho: representa quem está na presidência ampliada. No caso, é o
269 conselheiro Rodrigo. Exatamente por este motivo que a nossa presidente o indicou. Vocês
270 concordam com esse encaminhamento? Pode ser gente? Então, vocês continuem lá na luta por
271 nós. Eu vou sugerir para colocar toda vez na pauta o informe pra gente se manter infirmado e
272 discutindo aqui a articulação. Conselheiro Rodrigo, a sua sugestão de que a frente componha a
273 mesa de abertura da reunião ampliada do CNAS com os CEAS, pelo balanço das cabeças, eu
274 estou considerando que todo mundo concorda plenamente com a participação. Eu peço muito aos
275 conselheiros que se esforcem para estarem presentes na reunião da presidência ampliada do
276 CNAS com os CEAS. Se o Conselho Nacional não se posicionar firmemente em defesa do SUAS
277 aí nós teremos muitas dificuldades. Então, muito obrigada ao Bruno, ao Rodrigo, a Sandra, ao
278 Volney, pelos informes. Mais do que isso, nos animar em defesa do SUAS. O próximo são os
279 informes. Eu vou passar para o COGEMAS. Conselheira Lúcia tem informe do COGEMAS?
280 **LÚCIA:** A informação mais importante da última reunião do COGEMAS foi exatamente o
281 lançamento da “frente mineira em defesa do SUAS”. A outra pauta que foi discutida foi uma
282 análise de conjuntura que precedeu o lançamento da frente. E no período da tarde, os gestores
283 mais uma vez foram informados e orientados em relação ao novo marco regulatório, que em
284 janeiro estará nas relações dos municípios com as suas entidades parceiras. Eu só queria
285 registrar que dentro dessas circunstâncias que estamos colocando aqui, do momento de luta da
286 frente, eu queria deixar aqui uma sugestão. Nós tivemos uma adesão importante dos gestores
287 nessa última reunião do COGEMAS. Foi significativa, embora a gente pense em 853 municípios.
288 A gente sempre ainda e preocupa de que uma parcela considerável dos gestores não tem
289 condições ou não tem ainda a devida compreensão naquele espaço de luta e resistência. Isso é
290 uma preocupação deste Conselho com uma relação precarizada de trabalho dentro do SUAS
291 ainda. Quem acha que prefeito vai fazer concurso para dar garantia de cofinanciamento, gente?
292 Não vai. As relações precarizadas de cobrar vão ficar mais precarizadas ainda. Então tanto os
293 gestores que estarão presentes lá no Capacita, quanto os trabalhadores, eles precisam entender.
294 Então essa informação que a Simone está trazendo hoje precisa virar número concreto. No meu
295 município eu falo com as entidades: “Quantos % que é o cofinanciamento federal?” Se você
296 falasse 25% eu iria achar que é pouco. 25% de R\$ 1 milhão por Mês. A onde que o município vai
297 tirar esse dinheiro? Ele não vai. Não tem de onde tirar. Então a perda na nossa fala para os
298 trabalhadores empara os gestores dos municípios ela tem que ser muito concreta. Ela tem que
299 ser transformada em número. Você tem que convidar o gestor a pensar na idéia de apresentar
300 quanto que representa’ o financiamento do governo federal no seu município, certo? Quais
301 serviços vão ser eliminados? Quais convênios vão ser encerrados? É isso. É no governo. Se hoje
302 eu não tenho determinadas situações no meu município, elas voltarão. Tem que concretizar. Tem
303 que ter uma fala com os pés no chão. Nem todas as pessoas estão recebendo o volume de
304 informação que nós aqui recebemos. A Sandra falou uma coisa que é sempre a nossa
305 preocupação há muitos anos. Em muitos lugares nós falamos para nós mesmo. Então neste

306 momento agora nós não estaremos falando para nós mesmo. Muitos dos técnicos, gestores, que
307 estarão na capacitação não tem acesso algum a informação. Então caberá a nós, conselheiros,
308 traduzirmos isso com muita ênfase. Nós temos aqui essa responsabilidade. Quando a gente fala
309 de apoio aos Conselhos é concreto agora. Nós temos que ajudar os Conselhos Municipais a
310 entenderem o que eles têm a ver com isso. **SIMONE:** Conselheira Soyla. Na fala da conselheira
311 Soyla os conselheiros que quiserem dar informe já podem se posicionar. **SOYLA:** É só uma
312 observação. Eu participei do Capacita SUAS. A inauguração foi em Paracatu e em Varginha. Não
313 foi isso? Foram as regionais que iniciaram o curso. Na mesa de abertura eu fui representando a
314 URCMAS do Noroeste de Minas. Eu achei extremamente importante essa fala da Lúcia, no
315 sentido da gente levar esses trabalhadores. A gente alertou tanto a questão das criações dos
316 Fóruns de Trabalhadores, dos Usuários e Entidades. Eu acho que esse é o momento também,
317 como a questão do desmonte que está tendo nas políticas públicas, não é? Então a gente tem
318 que despertar. Eu acho importante que cada conselheiro que vai está participando agora dos
319 cursos da Capacitação procurem dentro das regionais os seus multiplicadores também, não é?
320 Procurem está alertando situação. Na minha cidade, por exemplo, eu tenho uma gestora bem
321 consciente. Mas a maioria não. A maioria é cidade com 20 mil habitantes. Graças a Deus a gente
322 conseguiu reunir 22 municípios para o curso. Foi uma oportunidade que a gente encontrou.
323 Depois disso a gente fez outros momentos nos intervalos dos cursos para conversar sobre o
324 desmonte. Mas a maioria não sabe dessas informações, não é? Eu acho extremamente
325 importante a gente continuar com multiplicadores nas regiões, levando a importância da criação
326 desses fóruns para serem os nossos multiplicadores ali no campo. Obrigada. **SIMONE:**
327 Conselheira Marta Elisabete. **LÚCIA:** Marta Elisabete, depois o Rodrigo e a Sandra. **MARTA**
328 **ELISABETE:** Bom dia colegas conselheiros. Eu, como representante da secretaria de estado de
329 saúde, queria corroborar um pouco a minha fala trazendo algumas informações com o que a
330 Lúcia e a Simone falaram principalmente da necessidade dessa união das três políticas públicas
331 prioritárias. É muito importante ter essa união com as três políticas. Segundo o ministro Ricardo
332 Barros até o mês de setembro tem recurso para a saúde. Depois ele não pode responder nada
333 sobre isso. Nós estamos entorno de R\$ 400 milhões de serviços que estão em funcionamento
334 sem credenciamento do governo federal. A secretaria d estado da saúde está com um déficit de
335 dívida de um bilhão e meio de repasse para os municípios. Sabe o que isso significa? Que os
336 municípios estão sustentando muitas coisas praticamente com recursos municipais. Então o nível
337 de tensão que tem hoje na secretaria de estado com os municípios está enorme. Quarta-feira teve
338 uma reunião da CIB. O repasse do governo do Estado está aquém daquilo que foi combinado,
339 inclusive com o MP Estadual. Hoje eu estava conversando com a fornecedora na área da saúde
340 que está fornecendo para o João XXIII. Ela falou assim: “Nós não vamos fornecer. A
341 probabilidade do serviço parar por falta de material é de 95%.” Eu não estou querendo ser
342 alarmista, porque a gente não é isso. Mas a possibilidade de um colapso no sistema único é
343 grande. É grande! É claro, a gente está lutando! Vocês sabem que o ministro fez uma pequena
344 portaria criando um grupo para criar o plano de saúde acessível para a população. O problema é
345 que o bicho pega não é na consulta com o médico não, pega é na hora dos tratamentos, dos
346 exames de alta complexidade. Quem é que vai sustentar isso no país? Então, assim, a situação
347 está muito difícil! Eu só estou trazendo essas informações para corroborar o que a Lúcia e a
348 Simone falaram da necessidade de a gente está unidos. Obrigada. **LÚCIA:** Rodrigo. **RODRIGO:**
349 Independente do que anda acontecendo, esse governo está se mexendo. Há duas semanas foi
350 lançado o caderno de orientações em prevenção o trabalho social para as famílias da proteção
351 social básica. A Simone, a Maíra, vocês da SEDESE, estão de parabéns. Estão sempre
352 pensando nos nossos usuários lá na ponta. Então esse governo está se mexendo. Ele não está
353 deixando de fazer o papel dele independente desse momento que está pairando aí. Já foi lançado
354 e está aí para quem quiser. Eu queria dizer que isso é muito legal. Foi muito boa a presença lá. O
355 Wagner, diretor da proteção social básica, falou sobre as tecnologias sociais. Já que o governo
356 federal está baixando os decretos, quem sabe também nas próximas conferências a gente já vem

357 com essas tecnologias. O governo do Estado já tem um chip para poder monitorar. Um colega,
358 que é diretor de escola, está participando de uma discussão aqui em Belo Horizonte, onde o
359 adolescente é o protagonista. É aquela situação de rua e outras coisas. Lá na escola que ele
360 trabalha já está tendo essa questão das balinhas na porta. A gente comentou que poderíamos ter
361 um aplicativo onde estaríamos buscando essa forma de alertar e de denunciar. É uma tecnologia
362 que talvez a gente possa está pensando. Mas assim, é só para ilustrar que o Estado está
363 cumprindo o papel dele. Obrigado. **LÚCIA:** Conselheira Sandra. **SANDRA:** Eu divido esse
364 momento com a fala da Simone. Se o Conselho Nacional não enfrentar com bravura a gente não
365 vai conseguir. Mas eu trago uma reflexão sobre a sociedade civil do CNAS. Essa conselheira do
366 CNAS que está aqui na capa é representante do segmento de trabalhador em nível nacional. A
367 gente não tem ilusão. A gente tem que divergir, mas quando a gente está diante do governo
368 estamos no mesmo horizonte. Não estamos no mesmo horizonte com este governo. Então a
369 sociedade civil tem um papel fundamental em nível nacional e nos municípios no sentido dessa
370 luta. Uma conselheira que foi substituída no CONANDA falou que ela estava com o governo. Eu
371 estou falando com muita tranquilidade. A gente está em um espaço diferente. Nós, da assistência
372 social, sabemos com nós avançamos em um governo que tinha um horizonte para a distribuição
373 de renda, para a inclusão. Nós não estamos com esse cenário. Quando ela fala de ir para os
374 municípios, quem são esses representantes? Na prática isso acontece? Quem são os prefeitos?
375 Quem são os gestores? Como que a sociedade civil e os Conselhos vão ter que ser agora? Muito
376 mais aguerrido! Muito mais incombátil no sentido de está levando isso mesmo com a cara e
377 toda a coragem para está falando do desmonte. A gente sabe como isso tem afetados os
378 municípios agora. Mas as coisas estão acirradas lá no CNAS. É uma reflexão que eu faço
379 chamando a atenção para a responsabilidade da sociedade civil neste momento em termos de
380 município e CNAS. Tem que ficar bem atento com o que está acontecendo. **LÚCIA:** Rosilene.
381 **ROSILENE:** Ontem nós tivemos uma reunião com os trabalhadores do SUAS. Uma das
382 discussões propostas é a gente tentar a possibilidade do FETSUAS está presente no Qualifica
383 SUAS para fortalecer, como a Soyla colocou, a criação dos fóruns municipais, a importância dos
384 trabalhadores do SUAS. É trazer essa discussão. Na reunião passada eu já tinha colocado essa
385 solicitação, de um espaço pra gente. Não vai tomar muito tempo. É só pra trazer essa discussão e
386 esse alerta aos trabalhadores do SUAS da importância da organização, e a gente sabe a
387 dificuldade que é. Organização em participar, em ter voz ativa e entendimento total do contexto e
388 dos impactos que são grandes para o trabalhador do SUAS. **LÚCIA:** Soyla. **SOYLA:** Nessa
389 reunião ampliada que a gente vai ter com o Sudeste eu acho importante de mais uma postura do
390 CEAS diante dessa situação. Devemos nos posicionar dizendo qual que é o nosso papel em
391 função do SUAS, o quê que a gente defende. É a nossa forma de pressionar o CNAS gente.
392 Demonstrar uma postura mesmo e fechar, sabe? Para pressionar os outros Estados também,
393 conversar com os outros Estados, abrir um diálogo. É muito importante pressionar o CNAS agora.
394 Essa é a hora! É dentro do nosso Estado! Talvez seja a hora de fazer essa reflexão. Não é ir de
395 leve não, sabe? Essa mania nossa de ir de leve, na maciote primeiro. É chegar e fazer pressão
396 mesmo! O meu posicionamento é esse. Eu não sei se vocês compartilham. Licença. **LÚCIA:**
397 Silvana. **SILVANA:** Eu acho que é como a Lúcia falou: da gente não falar pela gente mesmo. A
398 educação também está vivendo um momento difícil. A gente já colocou o plano decenal de
399 educação recentemente com muita dificuldade. Eu acho que a gente tem que saber para onde
400 vamos levar essa conversa de desmonte. Na Assembléia existiam grupos organizados que
401 queriam acabar com a inclusão, que queriam acabar com as políticas de diversidade gênero
402 dentro da escola. Foi difícil a aprovação dessas medidas, sabe? Direitos já conquistados há muito
403 tempo. Então foi muito difícil. Para onde que vamos levar essa conversa? Todo mundo tem que
404 está ciente dessa situação que está acontecendo. Na sociedade tem muita gente apoiando isso.
405 **CRISTIANE:** Bom dia a todos (as). Eu sou a Cristiane, do Instituto Sacramentinos. Eu e o Rodrigo
406 há mais tempo já pontuamos a questão do deferimento de alguns certificados de entidades, o que
407 já aconteceu com a gente enquanto Instituto Sacramentinos. Alguns detalhes com relação a isso a

408 gente ainda não tem muito claramente, porque estamos no processo de 30 dias para recorrer.
409 Estamos recorrendo. É interessante essa questão quando aborda a possibilidade do Conselho
410 Nacional está aqui. Parece que no início desse deferimento faltou um diálogo ente o MDS, quem
411 faz a certificação, com o Conselho Nacional. Dentro do parecer técnico ficou muito claro pra gente
412 que o nosso assessoramento não estava sendo contado como uma atividade de assistência
413 social. Esse caderno de cidadania foi um prêmio nosso no ano passado pelo assessoramento. O
414 Conselho Nacional nos premiou. Então em um ano a gente é premiado, e no outro ano a gente
415 perde o CEBAS. A gente percebe a ausência de diálogo. Eu, enquanto conselheira, enquanto
416 cidadã entendo que o Conselho Nacional precisa ter um diálogo muito claro com o MDS. Qual
417 que é a relação que existe, não é? Um entende o nosso trabalho e o outro não. Então é isso. Na
418 plenária do dia 30 e 31 eu concordo que é o momento de ter essa conversa com o CNAS. Eu não
419 estou a par da formação, de como que ficou a formação. Minas tem algum representante?
420 **SIMONE:** Você perguntando se tem conselheiro de Minas? **CRISTIANE:** Isso. **SIMONE:** O
421 Samuel. **CRISTIANE:** O Samuel, que é da população de rua? **SIMONE:** É. Ele é conselheiro
422 nacional. **CRISTIANE:** Ok. **SIMONE:** E a secretária Júlia' Restori, que é da comissão intergestora
423 tripartite, tá? **CRISTIANE:** Então é isso. É uma preocupação minha enquanto entidade. Nós
424 estamos em processo de substituições. Inclusive o Júlio que era conselheiro aqui anteriormente
425 recebeu algumas ligações das Instituições dizendo: "Eu vi que publicaram que vocês perderam o
426 CEBAS. E aí?" Tem instituições que nem sabem a importância desse certificado. Algumas
427 entidades entendo eu que nem devem está sabendo que perdeu o CEBAS. Ele é retroativo. Então
428 tem muitas entidades que foram pegadas de surpresa. Então, é uma preocupação. A nossa
429 entidade está preocupada com a nossa situação, mas estamos preocupados com a situação das
430 entidades também. Eu acho que este Conselho precisa de um posicionamento em relação a isso.
431 Está muito claro para este Conselho as entidades que executam os serviços da assistência. Este
432 é o momento, não é? A gente está sentindo que as Instituições também estão sentindo isso, essas
433 questões e essa nova etapa que estamos passando no país. É isso. **LÚCIA:** Então conselheiros,
434 dando continuidade aqui na nossa pauta. Só dando um encaminhamento. O Conselho já tem uma
435 carta que fala dessa situação do desmonte. E com mais essas informações que nós estamos
436 tendo acesso agora, quero deixar aqui uma proposta de encaminhamento: Que a secretaria
437 executiva encaminhe aos conselheiros essa carta com essas informações, para que nas suas
438 participações no Capacita SUAS e nos diferentes espaços, eles tenham um conjunto de
439 informações organizadas pelo Conselho Estadual. Pode ser? Então vamos dar continuidade a
440 nossa pauta. Eu vou passar para a nossa presidente, que vai fazer os informes da SEDESE. A
441 companheira da CIB se ausentou por alguns minutos. Depois no retorno dela a gente retoma.
442 **SIMONE:** O primeiro informe que eu quero dar para o Conselho Estadual é o status do plano de
443 serviço de 2015. A situação é de 18 de agosto de 2016. O plano de serviço está aberto para os
444 municípios preencherem. No plano de serviço o município faz o planejamento em que tipo de
445 serviço e benefício vai utilizar o cofinanciamento estadual. Então nós temos até agora 635 planos
446 aprovados; Temos em análise do Conselho Municipal: 12 planos; E ainda, em análise da
447 SEDESE: 197 planos; Em preenchimento pelos secretários municipais temos: sete. Eu quero
448 informar também o status do plano de serviço 2016, que também está aberto. Nós já temos
449 aprovados de 2016: 435 planos; Em análise técnica da SEDESE: 303; Em preenchimento pelo
450 gestor municipal: 77; Em análise dos Conselhos Municipais: 37. Lembrando que o município de
451 Venceslau Brás não possui plano de serviço por não ter constituído ainda o Fundo Municipal de
452 Assistência Social. Eu também quero informar que o demonstrativo físico financeiro da execução
453 da receita e da despesa de 2014 está disponível para preenchimento. Nós fizemos um debate
454 sobre o plano de 2014 na CIB. O que nós fechamos com o demonstrativo de 2014 é que é
455 importante a gente criar uma excepcionalidade para 2014, tendo em vista que a SEDESE não
456 passou nenhum tostão para os municípios no ano de 2014. Se a SEDESE não passou nenhum
457 tostão não faz sentido eles fazerem a prestação de conta. Eu trouxe aqui. Eu informo na próxima
458 reunião como que vai ficar a situação do ano de 2014. Está bom? Outro informe foi a

459 videoconferência da atualização de dados e averiguação cadastral do CADÚNICO e do Bolsa
460 Família. Nós fizemos uma videoconferência no dia 26 de julho de 2016 com os gestores e
461 coordenadores do Bolsa Família, e gerentes, secretários executivos, técnicos e conselheiros da
462 assistência social. A terceira videoconferência de 2016 objetivou auxiliar as equipes de
463 assistência social e reiterar a importância da atualização dos dados e da averiguação cadastral
464 das famílias beneficiárias dos programas do governo federal. Em parceria com a secretaria de
465 estado da ciência e tecnologia, as transmissões são feitas nos espaços da UAITEC, Universidade
466 Aberta e Integrada de Minas Gerais, antigos CVPS, com mais de 80 unidades espalhadas pelo
467 Estado. Só para os senhores terem uma noção da abrangência dessas videoconferências. Só
468 nessa videoconferência participaram quase 460 municípios. Foi uma videoconferência bastante
469 importante. Nós vamos aprofundar a parceria com o Conselho Estadual, como instrumento de
470 diálogo e orientações para os Conselhos Municipais. O conselheiro Rodrigo já falou. Nós
471 realizamos o seminário estadual “A proteção e o trabalho social para as famílias na proteção
472 social básica.” Ele foi realizado no dia 04 de agosto no Hotel Dayrell. Participaram 300 pessoas
473 entre gestores, técnicos da proteção básica, e também conselheiros. Nesse seminário foi lançado
474 o caderno de orientações a prevenção do trabalho social com as famílias na proteção social
475 básica. É uma parceria da SEDESE com a AMM. O seminário lançou o caderno. Ele apresentou o
476 conteúdo do caderno, que é um conteúdo baseado na especificidade de Minas Gerais e na
477 estratégia da gente investir na prevenção da proteção básica. Uma das grandes inovações do
478 SUAS é a prevenção das situações de violência e violação de direitos. Esse caderno então tem
479 um caráter importante e inovador no SUAS, porque ele traz a vigilância socioassistencial. E na
480 parte da tarde, nós também contamos com a participação da professora da PUC/MG, Márcia
481 Mansur, e a professora Carla, da Fundação João Pinheiro, no debate importante sobre a
482 prevenção da proteção social básica. Nós também contamos com a participação do Conselho
483 Estadual na presença do conselheiro Rodrigo. Eu agradeço muito a presença e o apoio do
484 sempre do Conselho Estadual. Também quero informar que nós estamos realizando a
485 capacitação de entrevistadores do cadastro único para os programas sociais. A capacitação para
486 os entrevistadores do CADÚNICO tem carga horária de 24 horas totais distribuídas em três dias.
487 Ela conta com aulas expositivas e workshops. O objetivo é formar entrevistadores para os
488 formulários do cadastro único, contribuindo para que sejam criados dados das informações
489 armazenadas sobre as famílias demandatárias das políticas sociais. Serão quatro turmas com 30
490 participantes cada, totalizando 120 pessoas. Já aconteceram duas turmas. Outras duas estão
491 previstas ainda para agosto. Quero informar que foi lançado também as orientações para os
492 entrevistadores do SUAS e para as equipes da proteção básica sobre o nome social no cadastro
493 único. O cadastro único agora tem o nome social. A importância do cadastro único registrar o
494 nome social é exatamente para dar visibilidade para as necessidades e ações específicas dos
495 usuários da política. Eu acho importante que todos os conselheiros tenham a cartilha com as
496 informações e as orientações do nome social do cadastro único, viu Consola? Outra coisa
497 importante para os usuários que aqui representam a comunidade quilombola é que tanto no
498 caderno, quanto na proteção básica e tanto na capacitação dos trabalhadores, nós estamos
499 dando bastante ênfase da importância do CRAS localizar as comunidades quilombolas,
500 cadastrarem as comunidades quilombolas no cadastro único, incluí-las nos benefícios ofertados
501 nos centros de referência de proteção básica do SUAS. A grande informação é que a gente
502 começou o Capacita SUAS. Nós fizemos um alinhamento, um nivelamento e um planejamento da
503 execução dos cursos na primeira fase do Capacita SUAS do dia 08 ao dia 12 de agosto de 2016.
504 Tiveram aqui em Belo Horizonte docentes do curso de gestão orçamentária e financeira e do
505 curso de atualização sobre a especificidade e interface da proteção social básica do SUAS.
506 Então foram professores e coordenadores pedagógicos das três instituições de ensino superior
507 que estão ofertando o Capacita SUAS no Estado inteiro. Contamos também com a participação
508 do coordenador geral e pedagógico da instituição de todos os diretores regionais e dos
509 supervisores de campo do Capacita SUAS, e técnicos da SEDESE. Foram no total cem

510 participantes. Na abertura nós tivemos a honra de ter a presença da professora Raquel Raichelis,
511 que é uma pessoa muito importante na área do serviço social. Ela é da PUC/SP. Ela nos deu a
512 honra de nivelar todos os presentes. Foi um niveamente conceitual, mas também político. A
513 Raquel fez uma atualização de conjuntura das políticas públicas no Brasil. Foi bastante
514 importante. São dois cursos do Capacita SUAS. Tem carga horária de 40 horas a aulas, com
515 duração de cinco dias. Este ano estamos ofertando o curso de gestão orçamentária e financeira
516 do SUAS, e o curso de atualização sobre as especificidades e interface da proteção social básica.
517 A SEDESE instituiu um sistema de inscrição chamado SESCOAP viu gente? Todas as informações
518 do Capacita SUAS estão no SESCOAP. É entrar no site da SEDESE, que é o:
519 www.social.mg.gov.br Lá vão está todos os conteúdos do Capacita SUAS. (VOZ AO FUNDO) É
520 presencial. O site com o sistema é para as informações, textos, cadernos, resoluções do
521 Conselho Estadual, resolução da CIB, todas as informações que tem a ver com o Capacita. VOZ
522 AO FUNDO É no Estado inteiro. É descentralizado. São 21 pólos de capacitação. Nós fizemos a
523 aula inaugural do Capacitas SUAS em Varginha e em Paracatu. Foram os primeiros cursos. Nas
524 primeiras duas turmas de agosto nós teremos 470 vagas oferecida em Minas Gerais. No total nós
525 vamos capacitar em Minas Gerais 9.405 gestores, trabalhadores e conselheiros até 2018. As
526 capacitações são: Paracatu e Varginha no dia 15 de agosto; Araçuaí e Poços de Caldas no dia 22
527 de agosto; Patos de Minas, Passos, Almenara e Ituiutaba no dia 29 de agosto. Essas aqui são só
528 no mês de agosto. As aulas deste ano vão até a primeira quinzena de dezembro. O Conselho
529 Estadual está participando, não só como aluno, mas também está sendo chamado para compor a
530 mesa de abertura do curso. A SEDESE estará em todos os pólos. São quase 140 turmas nos 21
531 pólos de capacitação. Então, de fato, é um esforço enorme não só da SEDESE, mas dos
532 diretores regionais também. Tem município que tem que tirar os dois últimos trabalhadores que
533 tem para participarem do curso. Essa é a verdade. Isso é muito importante. A gente sabe do
534 esforço, viu Lúcia? Eu agradeço muito a você, a conselheira Páscoa, o COGEMAS. A gente sabe
535 do esforço que tem se desenvolvido. Mesmo para os municípios maiores é um sacrifício. É um
536 sacrifício que eu tenho certeza que será muito importante. É uma empreitada! Se vocês tiverem
537 trabalhadores para estarem em todas as aberturas, para nós será uma honra. É um espaço muito
538 importante. Eu só peço que vocês leiam as instruções contidas por causa do período eleitoral.
539 Então os candidatos não podem falar. Nós fizemos dois cadernos de orientação muito importante
540 do Capacita: Capacita SUAS e o período eleitoral; Capacita SUAS e a acessibilidade das pessoas
541 com deficiência. Para que os nossos usuários, trabalhadores, LGBT, pessoas com deficiência, se
542 sintam a vontade na sua especificidade dentro dos cursos do Capacita SUAS. E por fim, quero
543 informar que foi sancionada no dia 28 de julho de 2016 a lei da reforma administrativa do Estado.
544 Como é reforma administrativa, foi transferida para a SEDESE a gestão da política de
545 atendimentos socioeducativo em meio aberto. (APLAUSOS) Quem aplaude também apoia hein!
546 (VOZ AO FUNDO) Eu compreendo completamente as palmas expressadas. Eu entendo por dois
547 motivos. O primeiro é porque é uma responsabilidade do SUAS que não estava incorporada ao
548 SUAS, pelo contrário. A SEDS não consegue ter repasse automático, regular, fundo a fundo. Não
549 consegue trazer os meninos que precisam muito de proteção para a rede de proteção
550 socioassistencial. Também é muito importante que os meninos, que merecem todo o nosso
551 investimento e proteção, eles estejam de fato protegidos e acompanhados pelo SUAS. Nós
552 sabemos da nossa responsabilidade. Está aqui a superintendente Maíra, que é responsável pela
553 área. Nós temos certeza de que nós não vamos receber nada além do que nós já temos. A gente
554 está fazendo um acordo com a CIB. Nós vamos assumir o atendimento socioeducativo em meio
555 aberto, não para os meninos que estão sob medidas de punição, mas para eles cumprirem
556 medidas de proteção que gere oportunidade para eles. Então, mais uma vez, eu conto com o
557 apoio do Conselho Estadual de Assistência Social. Por fim, eu quero informar sobre o repasse do
558 piso mineiro. Eu faço questão de afirmar isso porque a situação de Minas Gerais ela difere do
559 governo federal. O governo federal só tem orçamento até setembro. O governo do Estado de
560 Minas Gerais tem orçamento par ao pagamento aos municípios até dezembro. Isso pode ser

561 pouco, mas é absolutamente importante, que é o nosso compromisso e a capacidade em pagar.
562 Eu quero dizer que nós estamos com atraso no pagamento de três parcelas do piso mineiro. A
563 SEDESE está realizando todos os esforços junto à secretaria da fazenda para que a gente possa
564 cumprir com o compromisso da nossa secretaria e do nosso governo com o repasse regular e
565 automático do piso mineiro. Eu também não poderia me omitir aqui, tendo em vista o
566 compromisso particularmente que eu tenho, não só eu, mas toda a nossa equipe de governo com
567 o repasse para os municípios. Esse episódio aconteceu exatamente pelo o que a conselheira
568 Marta Elisabete falou aqui. O MP entrou com uma ação contra o governo do Estado de termo de
569 ajuste sanitários. O governo teve que cumprir o termo de ajuste sanitário. Então teve que recolher
570 todo o caixa financeiro do governo pra pagar o repasse para as secretarias municipais de saúde.
571 Eu quero dizer aos conselheiros que não cansaremos enquanto não colocarmos em dia os
572 nossos compromissos com os secretários municipais, com o Conselho, com o SUAS no Estado
573 de Minas Gerais. Esses são os nossos informes. Está aberto para quem quiser colocar. Lúcia e
574 depois a Rose. **LÚCIA:** Conselheira Lúcia, do COGEMAS. Eu vou fazer questão de me identificar
575 aqui que sou do COGEMAS porque todos os informes que a Simone trouxe são muito importante
576 para nós, gestores municipais. Em relação ao meio aberto. Quando a Simone fala: “Nós vamos
577 fazer a gestão em meio aberto além dos processos de responsabilização do adolescente em seus
578 atos, mas como uma oportunidade de proteção real ao adolescente.” Antes dele ser autor, ele é
579 vítima. Nós não podemos ignorar nenhuma das circunstâncias. O ECA tem o caráter
580 sancionatório importantíssimo, até para que a sociedade entenda que o ECA é uma legislação
581 que cuida sim da responsabilização do adolescente, mas que exista uma leitura e uma percepção
582 bem clara desse adolescente. Mas, mais do que isso, eu acho que é uma sinalização vigorosa do
583 Estado quando faz essa reforma ao judiciário. A gente vivencia situações nas comarcas lá na
584 ponta, lá no município, de total desinformação do juiz, de promotores. Nós precisamos muito
585 nesse processo de mudança agora somar e medir esforços com o CAO da infância e com os
586 nossos articuladores no tribunal de justiça. Nós precisamos fazer avançar a concepção da medida
587 socioeducativa a partir do estatuto. Por mais que os trabalhadores do SUAS se posicionem, se
588 capacitam e se fortaleçam, se nós não tivermos uma compreensão mínima do direito desse
589 adolescente pelo judiciário fica muito difícil a execução. Eu quero deixar aqui essa indicação, de
590 que a gente enquanto Conselho apoie esse processo do Estado de assumir essa nova tarefa,
591 mas que a gente ajude a mediar esse diálogo, essa discussão, para que realmente a gente
592 consiga avançar. A outra questão que eu queria trazer Simone enquanto COGEMAS, enquanto
593 gestora, é que é claro que o dinheiro está fazendo falta. Claro que faz falta. Faz falta para o
594 município de qualquer porte. Nós gostaríamos enquanto COGEMAS deixar um indicativo para o
595 Conselho: Que este Conselho nos ajude a nos manifestarmos ao nosso governador, da
596 importância que representou quando ele ao assumir o governo ele traz para a SEDESE a equipe
597 que formulou em grande parte o SUAS no Brasil. É para nós um orgulho muito grande ter essa
598 estrutura de recurso humano da concepção do SUAS aqui no Estado de Minas. Temos que
599 lembrar ele o papel importantíssimo que nós temos, inclusive no enfretamento no desmonte da
600 política do SUAS no Brasil. O SUAS nasceu aqui, vários experimentos foram feitos aqui. As
601 concepções foram ampliadas pelas discussões de muitos outros teóricos no país, de outras
602 universidades sem ser aqui de Minas. Mas, o Brasil reconhece que o seu tem um pezinho
603 mineiro. Então nós precisamos muito do apoio do governador nesse momento. Uma das formas
604 concretas dele demonstrar esse apoio pra gente é garantindo que o SUAS em Minas continue
605 sendo uma prioridade dentro dessas prioridades que a gente tem. A Marta Elisabete traz que é
606 real a situação na saúde. É real a situação na educação. Mas é muito real a situação na
607 assistência também. Eu queria deixar esse encaminhamento para a manifestação dos colegas
608 conselheiros para deliberação: Que a gente produza um documento que seja encaminhado ao
609 governador, dizendo da importância de que aquilo que a gente conquistou agora do repasse
610 fundo a fundo de forma automática que ele prevaleça. A gente entende a situação, o momento e
611 as circunstâncias do Estado, mas nós já estamos sendo gestores extremamente penalizados. Os

612 repasses do governo federal além de estarem anunciados como tendo orçamento até setembro,
613 eles também não estão sendo realizados de forma regular e automática. Então nós temos no
614 cofinanciamento federal o atraso de três, quatro meses, dependendo do programa e do serviço. A
615 palavra está aberta. Quem quer se inscrever? Rosilene? **ROSILENE:** Simone, o FET agradece. É
616 um grande desafio. O FET agradece. Outra questão é a importância da SEDESE assumir essa
617 gestão. Os desafios estão postos. Tem que ter estratégias para qualificar e fortalecer. Eu
618 parabeno também. **SANDRA:** Não tem condição eu não falar da criança e do adolescente. Eu
619 quero parabenizar. A gente vai qualificar a questão do atendimento em meio aberto nas medidas
620 socioeducativas. Quando esses adolescentes ainda estão no ato de infração, a gente tem que
621 conseguir que eles não caiam no sistema fechado e nem fiquem em situação de ameaça. É um
622 sofrimento muito grande ver o jovem preso, o adolescente preso, participar de enterros e mais
623 enterros com aquela família porque a gente não deu conta. Eu só faço uma sugestão de ampliar e
624 qualificar toda essa rede. Tem que ficar junto. Um dos grandes entraves quando o adolescente
625 chega ao acolhimento institucional é incluir essa adolescente na educação. A gente tem muitos
626 furtos. “Ah não! Mas ele só tem a segunda série.” Isso já pé um entrave. Nós temos que sentar e
627 fazer isso junto. A gente tem que qualificar para que esse menino seja incluído nas políticas
628 sociais. Eu fiquei muito feliz viu? Eu participei muito ativamente com os jovens, adolescente no
629 acolhimento. Eles precisam de muito apoio. Obrigada. **VOLNEY:** Eu gostaria de saber qual que é
630 o encaminhamento que esta plenária está fazendo em relação à explicação do Estado pelo o
631 atraso de três meses do piso mineiro. Eu lamento está sabendo desse atraso só depois de três
632 meses, uma vez que o representante da fazenda não trouxe essa informação para o colegiado,
633 viu Wilson? Eu acho extremamente grave! Após 90 dias só hoje que este Conselho está sabendo
634 desse atraso. Vários membros deste colegiado muita das vezes criticamos, fizemos coro no
635 governo anterior que fez um atraso do dinheiro. Isso vem se repetindo agora no atual governo. Eu
636 queria saber se esse colegiado está determinando explicações ao Estado para este atraso. A
637 Lúcia colocou, mas parece que não houve nem encaminhamento. **LÚCIA:** Não conselheiro. Eu
638 estava aguardando que os demais conselheiros se manifestassem e se colocassem. Só que
639 depois a partir das manifestações dos conselheiros, a mesa deveria fazer o devido
640 encaminhamento. Alguma manifestação? Eu retorno então para a nossa presidente fazer o
641 encaminhamento. **SIMONE:** Primeiro eu queria dizer que não pude estar presente no último pleno
642 porque eu ando tendo sintomas reumáticos que ainda eu não sei direito qual é o tipo de
643 reumatismo. No último pleno do Conselho eu estava bastante debilitada. Eu peço desculpa se a
644 pessoa da SEDESE que deu a informação aqui não informou do atraso, ou... Eu não sei. Eu não
645 estava presente. Se tem uma coisa que não é característica nem minha e nem do grupo que está
646 na direção da SEDESE é ter a intenção de omitir. Não tem motivo para isso. Eu já expliquei. Isso
647 não justifica nada sobre o atraso do piso. Eu concordo com os conselheiros plenamente. O
648 Conselho é diferente. O Conselho tem que se posicionar. Ele não pode saber de uma informação
649 dessa e fazer de conta que não sabe, de jeito nenhum. O COGEMAS enquanto colegiado
650 também tem se posicionado, tem cobrado. E mais do que cobrado, tem discutido com a gente
651 sobre o assunto. Tem uma proposta da conselheira Lúcia aqui que eu vou encaminhar. Vejam se
652 eu entendi corretamente. Eu acho que a proposta da conselheira Lúcia é mais do que pedir
653 explicação. Eu entendi que a conselheira Lúcia está solicitando um posicionamento do Conselho
654 Estadual que diga da importância do financiamento do piso para a continuidade do SUAS em
655 Minas Gerais. E também, se posicionando da importância da garantia do repasse, tendo em vista
656 que foi o próprio governador que assinou o decreto de repasses regulares e automáticos. O
657 decreto foi assinado inclusive na nossa conferência estadual. Eu vou submeter ao pleno. Os
658 conselheiros que são favoráveis a que o Conselho se posicione com uma carta ao governador do
659 Estado exigindo e se posicionando para que o governo continue a fazer o repasse regular e
660 automático do piso, tendo em vista a importância do cofinanciamento do Estado para a política de
661 assistência social no Estado. Os conselheiros favoráveis, por favor, levantem o negociinho
662 amarelo. Podem abaixar. Contrários. Abstenção. Então, por unanimidade. A gente vai fazer uma

663 proposta, não é Consolação? E circulamos nos e-mails dos conselheiros para que todos possam
664 contribuir o mais rápido possível. Com relação às medidas socioeducativas, de fato, é uma
665 questão muito importante que os conselheiros estão colocando aqui. Nós temos no SUAS
666 experiências bastantes exitosas para resignificar as medidas de meio aberto. Nós temos uma
667 experiência no Paraná, em Curitiba, onde a PUC/MG no departamento do serviço social junto
668 com o MP e judiciário de lá pegaram elementos da justiça restaurativa e criaram um conteúdo
669 específico para a atuação do SUAS com as medidas de liberdade assistida. Tanto lá, quanto em
670 São Luiz do Maranhão. Todas as duas experiências são muito interessantes e muito importantes.
671 Os adolescentes saem do cumprimento de medida já com oportunidade garantida. Nós temos
672 muitos problemas e preconceitos dentro da própria assistência social. É sempre uma tarefa muito
673 difícil pra nós bancar os jovens. As pessoas têm muito preconceito com os adolescentes que
674 cumprem medidas de liberdade assistida e PSC. As pessoas, os gestores, os trabalhadores, a
675 maioria tem medo. Não entendem que é direito dos jovens e dever do Estado protegê-los. Eu
676 acho que a gente tem uma oportunidade muito interessante em Minas de avançar. Essas
677 experiências que eu estou dizendo são municipais. É muito importante quando o governo do
678 Estado assume isso, e assume junto com os municípios. Então nós vamos dar um salto de
679 qualidade. Com relação ao Capacita SUAS eu quero muito agradecer ao Conselho Estadual, pelo
680 apoio, pelo incentivo. Eu acho que essa postura do CEAS, do COGEMAS, do Fórum dos
681 Trabalhadores, envolve todo mundo. A gente acha que não, mas essa unidade em torno da
682 política de assistência social ela perpassa todos os espaços. É por isso que o Capacita SUAS
683 está sendo um sucesso. Isso é muito importante falar para os conselheiros. É um sucesso porque
684 os trabalhadores se sentem também mais acolhidos em suas demandas. É uma coisa muito
685 importante e interessante. Então é isso. Eu acho que nós passamos da fase dos nossos informes.
686 Vamos entrar na pauta do Conselho Estadual onde eu peço a comissão de normas que faça o
687 relato da comissão. Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** Comissão de normas. O ponto um é
688 referente a plenária 211 onde foi decidido aqui há alguns meses atrás sobre a possibilidade da
689 gente está chamando para a comissão de normas a questão da execução do serviço dos
690 municípios. Então a gente convidou o Régis Spindola, que é da proteção social especial, a Ana,
691 que é diretora de cadastro na SEDESE, e também os representantes do CAO. Na ausência da
692 Dra. Paola, veio a Isabel, que está aqui conosco. A reunião aconteceu ontem. Todos estavam
693 presentes. Além dos convidados, a entidade que fez a solicitação também esteve presente. Os
694 encaminhamentos ficaram: Solicitar ao CMAS/Itajubá o seu posicionamento sobre a inscrição da
695 entidade, e orientar sobre a necessidade de regulamentar os recursos, conforme dispõe na
696 resolução 14/2014; Após o retorno do CMAS, encaminhar resposta oficial a entidade; Elaborar
697 orientações sobre a inscrição de entidade e apontar caminhos para a discussão sobre o
698 reordenamento que estão ocorrendo. A entidade não está conseguindo acessar a inscrição no
699 município onde ela está com a sede. Então a gente decidiu fazer essa discussão, que já tinha
700 sido aprovada aqui no plenário. A importância dessa discussão é que não é uma discussão local.
701 A discussão lá em Itajubá é uma discussão ampla. Existem outros casos. Então é melhorar a
702 orientação da 14, tentar trazer para as nossas especificidades e para os nossos territórios de
703 Minas Gerais, não é? É isso o que foi proposto. O ponto um se alguém tiver alguma coisa, a
704 palavra está franqueada. Então eu vou passar para o ponto dois. A gente está analisando o
705 empreendimento lá em Antônio Dias. Eles têm um PAS já de acordo com resolução 498/2014.
706 Como encaminhamento a comissão traz as seguintes informações: A gente vai agendar uma
707 reunião com a assistência social no dia 1º de setembro agora, às 14 horas. Caso seja verificado a
708 possibilidade de encerramento das atividades, a gente vai alterar a resolução do CEAS
709 informando o novo início das atividades do PAS no recebimento do alvará da prefeitura para
710 implantação do empreendimento. A gente vai verificar com os integrantes da comissão de normas
711 que estão em Belo Horizonte a possibilidade em participar. O posto não está funcionando. Ele
712 não recebeu as licenças e o alvará. Então a gente está agendando uma reunião para poder está
713 orientando. A comissão quer deixar aqui aberto para os membros da comissão. Ontem estava eu,

714 o Volney, a Simone, da capital, não é? E como acordo comum com os representantes do interior,
715 a gente decidiu que quem puder representar a comissão de normas aqui na capital... Inclusive
716 Léo, se você quiser participar. Vai ser no dia 01/09/2016. Alguém quer perguntar? Eu vou passar
717 para o ponto três. O ponto três é similar ao ponto dois. No caso aqui é a PCH Quartel II e Quartel
718 III. Elas estão instaladas no município de Conceição de Mato Dentro, de Santana de Pirapora e
719 Gouveia. A gente vai está agendando também no dia 1º de setembro de 2016. A comissão faz os
720 seguintes encaminhamentos: Por ter passado seis anos da aprovação do PAS Quartel I, Quartel II
721 e Quartel III, o não início das obras devido ao arquivamento do processo após uma reunião com
722 as equipes dos postos de atendimento social e, se constada pelas informações da equipe que
723 não há nenhuma ação de desenvolvimento cuja paralisação possa prejudicar a população local, o
724 CEAS revoga as resoluções que aprovaram o PAS/Barragem; Quanto o empreendedor retomar o
725 processo de licenciamento junto ao COPAM, deverá apresentar o PAS considerando as
726 condições da nova realidade. A palavra está aberta. Vamos para o ponto quatro. O ponto quatro é
727 a revisão da lei estadual de 96, que dispõe sobre a política estadual de assistência social e cria
728 também o CEAS. A gente deixa claro aqui que foi encaminhado para todos os conselheiros a
729 referida lei. Estava disponível até o dia 10/08, o que não impede se alguém verificar algo possa
730 encaminhar pra gente. O encaminhamento gerado: A comissão continua fazendo a revisão da lei
731 estadual; Vamos apresentar essa discussão na plenária ampliada do CEAS, que ocorrerá até
732 dezembro; Promover reunião com a diretoria de proteção social especial básica da SEDESE;
733 Bem como, elaborar propostas de regulamentação sobre esse benefício. A palavra está
734 franqueada. **VOLNEY:** Com relação à revisão da legislação eu queria pedir que todos os
735 conselheiros empenhassem para encaminhar uma proposta de mudança da lei. Eu acho que é
736 extremamente importante que a gente faça essa releitura, para que a gente possa colaborar com
737 essas possíveis alterações. Então que as suas entidades, o COGEMAS, nos ajude com essa
738 colaboração. É uma mudança de legislação. **RODRIGO:** Mais alguém? Vamos lá para o ponto
739 cinco. O ponto cinco é a revisão da resolução 318/2010, que dispõe sobre o processo de análise
740 e procedimentos relativos ao PAS. A comissão está passando essa discussão para a próxima
741 reunião no mês de setembro, devido à discussão que tivemos ontem sobre a revisão da lei e
742 outros assuntos que a gente acabou abordando. O ponto seis. O CNAS encaminhou ao CEAS o
743 relatório de entidades de assistência social. A gente fez algumas considerações. Tivemos o apoio
744 da nossa secretaria executiva, através da Rosa. A comissão sugeriu encaminhar esse relatório
745 para o departamento de cadastro da SEDESE. Então essa é a informação que a gente está
746 trazendo para o pleno. A palavra está franqueada. Obrigado. **SIMONE:** Está em discussão para
747 quem queira discutir o relato da comissão de normas. Não havendo quem queria discutir, os
748 conselheiros que estão a favor do relato feito pela comissão de normas, por favor, se manifestem
749 levantando o crachá amarelo. Podem abaixar. Contrários. Abstenções. Então foi aprovado por
750 unanimidade o relato da comissão de normas. Eu vou passar para a comissão de política. Quem
751 vai fazer o relato? Por favor, conselheira Érica. **ÉRICA:** Bom dia a todos. Eu vou fazer o relato da
752 discussão que a gente teve ontem na comissão de política. São quatro pontos, mas só um ponto
753 que tem deliberação de plenária. O primeiro ponto foi junto com a comissão de normas, que já foi
754 relatado pelo conselheiro Rodrigo. O segundo ponto é sobre uma denúncia de um psicólogo do
755 município de Pains. A gente ainda está apurando essa denúncia. O psicólogo que atuava como
756 técnico de referência no CRAS de Pains denuncia que está recebendo perseguição política por
757 ter liberado a criação do Fórum de Trabalhadores em Pains. . Ele criou o Fórum, não era
758 contratado e foi demitido. Ações para apuração da denúncia: A gente já fez a abertura do
759 processo. É uma cidade pequena. Eu acredito que ele seja o único psicólogo do município. A
760 gente já fez as orientações. A gente está apurando a denúncia. Então, assim, quanto ao assédio
761 moral, quanto à perseguição política, a gente fez a orientação para ele procurar o sindicato dos
762 psicólogos – PSIND. Com relação às outras denúncias que ele fez sobre o CMAS, a gente está
763 levantando esses dados com o município, considerando que ele fez uma série de denúncias.
764 Encaminhamento: A comissão discutiu pra gente encaminhar para a SEDESE a denúncia sobre a

765 gestão. A Maíra orientou que a SEDESE já tem esse fluxo; Ao CMAS, solicitamos as informações
766 que possam esclarecer os conteúdos das denúncias relativas ao CMAS. Esse foi os
767 encaminhamentos gerados pela comissão. No ponto três, que é ponto em que a gente precisa de
768 deliberação da plenária, o assunto é; Recomendar a criação de comissões intersetoriais nos
769 municípios conforme previsto na lei 12.809/20004 que regulamenta a lei 10.816 de 09 de janeiro
770 de 2004 que cria o programa Bolsa Família e dá outras providências. No mês passado a gente
771 teve uma reunião com a comissão de normas, onde recebemos a diretoria da proteção social
772 básica da SEDESE. O Wagner veio fazer a apresentação sobre o programa Bolsa Família. Com o
773 resultado dessa apresentação, a gente fez um indicativo do CEAS: Encaminhar ao CNAS um
774 ofício destacando a importância dessa comissão intersetorial do Bolsa Família nos município,
775 cujo o papel é contribuir para a gestão do programa e acompanhamento das suas
776 funcionalidades. Então o encaminhamento que a gente quer pela plenária: Encaminhar ofício ao
777 CNAS recomendando no exercício do controle social e solicitando ao gestor municipal a criação
778 da comissão intersetorial do programa Bolsa Família nos municípios. Certo? O ponto quatro é o
779 ponto conjunto com a comissão de apoio. A gente teve uma discussão ontem com a proposta de
780 regulamentação das URCMAS. E, avaliar e contribuir com a resolução que já está como minuta. A
781 comissão de apoio vai falar disso Soyla? (VOZ AO FUNDO) A gente leu a proposta da resolução
782 para regulamentação das URCMAS. Após a discussão das duas comissões houve contribuições
783 como: A necessidade de verificar como que vai se dar esse apoio para as URCMAS pela
784 SEDESE; Se vai ter diretoria regional; Se a composição seria paritária: sociedade civil e governo;
785 Que as reuniões ampliadas do CEAS se tornem reuniões ampliadas com as URCMAS; E que as
786 reuniões e o tema com os coordenadores das URCMAS sejam pautadas na próxima reunião,
787 onde a minuta já vai ter sido melhor apreciada. Como encaminhamento geral o que entendemos
788 como comissão de política é que, a comissão de política se baseia nas denúncias. Então alguns
789 encaminhamentos: Pautar junto ao MP a necessidade de acompanhar os concursos. Às vezes é
790 isso. Os trabalhadores do SUAS sem atribuições. A gente já teve pessoas que foram contratadas
791 a base de orégão, auxiliar de assistente social. Então são vários e vários casos recorrentes; E a
792 questão de elaborar um caderno de orientações com perguntas e respostas das questões mais
793 comuns que vem para o CEAS, ao CMAS, para fins de orientações. Geralmente são questões de
794 trabalhador, de concurso. São essas questões que chegam na comissão de política. É isso.
795 **SIMONE:** Muito obrigada, conselheira Érica. Está em discussão o relato da comissão de política.
796 Eu só queria fazer uma observação. A gente discutiu na presidência ampliada que essas
797 denúncias elas devem também ter uma leitura mais cuidadosa nossa do Conselho, e ver
798 exatamente quais são as questões que a gente pode orientar melhor. O Fórum dos Trabalhadores
799 Regional veio exatamente para dar um suporte aos trabalhadores, para que eles não se sintam
800 tão perseguidos. Se sintam não, não é gente? Eles são perseguidos. Outro dia eu falei dentro da
801 salda de aula do Capacita que tem uma tese de dissertação de assistência social na PUC/SP da
802 minha geração pré-SUAS, onde um castigo pra nós que denunciávamos e nos posicionávamos
803 em defesa dos direitos dos usuários era ficar atrás da escada. Então tem uma tese que mostra
804 quantos assistentes sociais no Brasil ficaram atrás da escada porque não se submetiam ao
805 assistencialismo. Na verdade isso acontece até hoje. Os profissionais que querem mobilizar, que
806 querem se organizar são absolutamente punidos de uma forma ou de outra, alguns
807 explicitamente, ou outros atrás da escada. Essa é uma prática autoritária contra as nossas
808 sugestões. Conselheira Érica, eu queria colocar uma temática que eu acho que é muito
809 importante para a comissão de política comece a discutir, até pra ajudar a gente da SEDESE. É o
810 debate da supervisão técnica. Já tem a resolução do Conselho Nacional. Nós precisamos fazer a
811 resolução do Conselho Estadual. Nós precisamos regulamentar a supervisão técnica em Minas
812 Gerais. Tem algumas questões colocadas pelos trabalhadores que a gente tem que acolher na
813 resolução da supervisão técnica do Estado de Minas Gerais, como por exemplo, instituir no SUAS
814 de Minas Gerais um tempo no horário de trabalho para o estudo. Os trabalhadores tem solicitado
815 que os gestores entendam isso. É claro que esse assunto tem que ser pactuado na CIB. É muito

816 importante que a gente comece a discussão sobre a supervisão técnica, pensar nessas questões
817 de como que vamos divulgar o material de estudo para os trabalhadores. Muitos trabalhadores se
818 quer têm acesso a legislação e ao material produzido. É isso o que eu queria pedir a comissão,
819 que ela comece uma leitura mais cuidadosa das denúncias, dos tipos de denúncias. E que a
820 gente pudesse discutir também a supervisão técnica. A comissão de política tem um papel
821 importantíssimo para o debate da questão do trabalho em Minas Gerais. Tem também uma
822 sugestão de carta que eu vou submeter ao pleno. O pleno concorda que o Conselho encaminhe
823 uma carta aos Conselhos Municipais solicitando informações se eles têm instituída a comissão
824 intersetorial do programa Bolsa Família. E se não tem, para que eles incentivem que as
825 comissões sejam instituídas? Os conselheiros que concordam com os encaminhamentos da
826 comissão de política, por favor, manifestem levantando o crachá. Podem abaixar. Contrários.
827 Abstenções. Então, muito obrigada. Antes de a gente almoçar, eu vou passar para a conselheira
828 Soyla ou para o conselheiro Walter para que possa fazer o relato da comissão de apoio.
829 **WALTER:** Nós temos apenas três pontos, sendo que um já foi debatido, que é a regulamentação
830 das URCMAS, que ficou para a próxima plenária. O segundo ponto é a continuidade de um
831 processo de denúncia referente ao CMAS/Caratinga. Em 16 de agosto de 2016 foi realizado um
832 atendimento pelo Conselho à Maria Páscoa, pela técnica da comissão, Maria de Paula. Estiveram
833 presentes as conselheiras municipais: Silvana Chaves da Silva, da sociedade civil, entidades;
834 Conceição Maria Silva, sociedade civil, usuária; Kelly da Silva Freitas, técnica governamental e
835 responde pela secretaria executiva do CMAS, mas não é nomeada; E Renata Patrícia Alves,
836 técnica da vigilância, mas trabalha na secretaria executiva do CMAS. Foi informado que o gestor
837 e o presidente não puderam se fazer presentes. As técnicas relataram as dificuldades existentes
838 em relação à adequação da lei que está em processo para que a reeleição no final do ano atenda
839 os critérios estabelecidos pelas normativas do SUAS, ou seja uma composição paritária. A
840 situação irregular nas inscrições de entidades passou por revisão com grande redução das
841 inscrições. Há ainda adequações a serem realizadas como entidade tipicamente da saúde, mas
842 que permanece no CMAS devido à dificuldade de entrar soluções que preservam os direitos dos
843 usuários. Foram orientadas a acionar os gestores da assistência e da saúde, e caso necessário a
844 SEDESE, para viabilizar as alternativas para a definição do caso. A prestação de conta é
845 inexistente, normalmente analisam apenas a execução do serviço no mês. Foram orientadas a
846 estabelecerem critérios e conseguir respaldo da gestão para apresentação da prestação de conta
847 em tempo hábil de acordo com as alterações ocorridas. Após a reunião, a comissão deliberou:
848 Oficiar o gestor para que se empenha na adequação da lei do CMAS em tempo hábil para realizar
849 revisões dos critérios e consonâncias; Oficiar a SEDESE solicitando que notifique o gestor quanto
850 a responsabilidade de garantir infraestrutura e o funcionamento do CMAS. E também, a
851 nomeação de um profissional de ensino superior para o cargo de secretário executivo no CMAS.
852 Os encaminhamentos sugeridos foram Oficiar o gestor e oficiar a SEDESE. **SIMONE:** Em
853 discussão. Então eu estou me escrevendo para tirar algumas dúvidas. Conselheiro Walter vê se
854 eu entendi direito. Vocês terminaram o debate da resolução da URCMAS. Então a proposta de
855 vocês é encaminhar para os conselheiros trazer para o próximo pleno? **WALTER:** É o que foi
856 definido ontem. **SIMONE:** Tá. Então no próximo pleno isso aqui já entra como um tema? **SOYLA:**
857 A gente solicitou a revisão jurídica de avaliação do texto. Vamos deliberar se pode ir para os e-
858 mails para terem acréscimos para quem quiser colaborar, viu? É uma participação de todos.
859 **SIMONE:** Entendi. Eu queria fazer uma sugestão, se os conselheiros da comissão de política me
860 permitir. Eu que seria muito interessante para o próximo pleno entrar a discussão da proposta da
861 resolução. Primeiro que a comissão pudesse apresentar a resolução, claro. Mas que a gente
862 pudesse convidar também pessoas para ajudar no debate. Eu queria sugerir que a gente
863 convidasse o superintendente de intersetorialização, que é o Jamil, por causa da discussão do
864 apoio as URCMAS. Ele é responsável pelas diretorias regionais. Eu queria propor que a gente
865 convidasse a Márcia Pinheiro, que é uma estudiosa da área do controle social. E também, que a
866 gente convidasse o colaborador da comissão, que é o Domingos Sávio de Araújo, para que ele

867 pudesse colaborar também. É lógico que eles vão ter que receber antes, não é gente? Nós vamos
868 ter que mandar para eles antes para que eles pudessem já trazer contribuições, observações pra
869 gente enriquecer o debate. Então vocês apresentariam e depois a gente passaria para eles.
870 Assim o Conselho tem condições de discutir e ter tranquilidade pra se quiser deliberar na próxima,
871 não é gente? É uma sugestão que eu queria fazer, se vocês concordarem. **SOYLA:** PE muito
872 triste. Mas no mês que vem eu não vou poder participar da plenária, uma vez que coincidiu a data
873 do curso do Capacita. Eu queria participar muito! Ah! Eu vou chorar! Eu queria participar muito
874 dessa plenária. Deus sabe o quanto eu luto pela questão das URCMAS. Eu queria participar.
875 **SIMONE:** Claro que você tem que vim, Soyla! Depois a gente vê isso, Soyla. Eu e Consola vamos
876 ver uma forma de você participar do Capacita. (VOZ AO FUNDO) Tá. Pode deixar! Nós vamos
877 resolver isso de alguma forma. Então eu estou entendendo que todos concordaram com a
878 sugestão que eu dei, não é gente? Está bom. Tem mais alguma questão? **WALTER:** Tem mais
879 um ponto. **SIMONE:** Todos concordam com o encaminhamento feito? Tem algum destaque no
880 ofício aos gestores e a SEDESE? Ok. E o ponto três? Tem algum destaque? **WALTER:** Não! O
881 ponto três eu vou falar agora. **SIMONE:** Desculpa. Eu estou meio voada hoje. Senhor Walter,
882 termina tudo, pra depois a gente discutir. **WALTER:** O ponto três é um e-mail do CMAS/Juiz de
883 Fora recebido no CEAS no dia 17 de agosto de 2016, solicitando a capacitação sobre a tipificação
884 das entidades socioassistenciais nas datas de 03 de novembro ou 01 de dezembro, à tarde. A
885 comissão considerou pertinente realizar a capacitação visto que o município reitera a solicitação
886 alegando não contar com recurso para vim ao CEAS. Houve uma proposta a ser considerada, se
887 houver possibilidade, de realizar a capacitação com a participação de outros colaboradores.
888 **SIMONE:** Isso é pra quando senhor Walter? **WALTER:** Seria em uma dessas vagas que eles
889 estão sugerindo. **SIMONE:** Ah! Então o senhor está propondo se reunir para capacitar? **WALTER:**
890 Isso. **SIMONE:** Com o Conselho Estadual? **WALTER:** E com demais colaboradores. **SIMONE:**
891 Em discussão. **ROSILENE:** Eles não têm condições de Skype? Teleconferências? Nada?
892 **MARTA ELISABETE:** Se vocês quiserem eu ligo para a regional de Juiz de Fora. Eles vão lá na
893 regional e faz uma videoconferência lá para cidade administrativa gente. Eu estou falando isso
894 pelo momento que nós estamos vivendo. É possível fazer via videoconferência. **ROSILENE:** Tem
895 a videoconferência, tem outros. **SOYLA:** Deixa eu explicar para vocês. Eles solicitaram pra nós
896 anteriormente uma data até próxima de uma capacitação para o CEAS participar
897 presencialmente. Foi levantada a questão de que fosse feito através de Skype, videoconferência,
898 de alguma forma pra gente está participando. Eles fazem questão que seja participação
899 presencial porque eles querem além da participação na capacitação, tirarem dúvidas. (VOZ AO
900 FUNDO) Eu sei! Foi uma solicitação feita pela segunda vez. Eles fazem tanta questão dessa
901 presença do CEAS lá fisicamente que eles jogaram essa capacitação para o dia 03 de novembro
902 ou 1º de dezembro. Eles fazem questão. É só pra deixar claro. (VOZ AO FUNDO) **SIMONE:**
903 Wilson. **WILSON:** Eu estava tentando fazer contato com o nosso superintendente aqui. Ele falou
904 que o Secretário da Fazenda já mandou priorizar que eles vão pagar o piso mineiro. **SIMONE:**
905 Uhul! (APLAUSOS) Repete! Pelo amor de Deus! Por favor! Silêncio! **WILSON:** Não tem dinheiro.
906 Mas já mandou pagar. É a prioridade. (VOZ AO FUNDO) **WILSON:** É prioridade. (VOZ AO
907 FUNDO) **SIMONE:** já é alguma coisa. Obrigada Wilson. Eu tenho certeza de que nós vamos ter
908 ao apoio de todos os nossos conselheiros governamentais. Fala Leonardo. **LEONARDO**
909 **LADEIRA:** Eu só ia dizer pra termos um precedente. Se todos os municípios quiserem, nós não
910 vamos poder ir correto? Então como que a gente vai atender um pedido, sendo que tem
911 condições de fazer videoconferência e por várias outras formas? A gente vai aceitar ir ao
912 Conselho só porque é um pedido deles? E aí, depois vamos receber 852 e-mails solicitando. Eu
913 acho que isso tem que ser pensado. **SIMONE:** Rodrigo. **RODRIGO:** Eu quero fazer coro com o
914 que o Léo falou. Lá na regional SEDESE é difícil de mais! Eu estou falando por causa própria!
915 Eles pediram cadastro do Estado para a minha entidade. Eles têm uma estrutura, mas eles
916 precisam de apoio mesmo. É complicadíssimo com eles lá. **SIMONE:** Eu estou achando que esse
917 assunto não está bem trabalhado, viu senhor Walter? Pelo tanto de manifestação colocada aqui.

918 Eu já não lembro o que os conselheiros colocaram. Nós temos já duas estratégias definidas pelo
919 Conselho Estadual: Uma é a teleconferência; A outra é o Capacitas SUAS, que vai ter o curso
920 para os conselheiros. Então também essa é uma decisão que o Conselho Estadual já tomou. Nós
921 podemos pensar em uma videoconferência com cuidado para Juiz de Fora. Não tem problema
922 nenhum, de forma que a gente garanta a presença dos conselheiros. Nós podemos pensar nisso.
923 Como também podemos pensar que eles podem organizar um encontro regional da própria
924 regional de Conselhos. Agora, o que não dá, é a gente atender o interesse de um Conselho
925 Municipal. Isso não é uma estratégia nossa. Ou tem uma regional inteira de Conselhos, ou não
926 tem jeito gente. Não temos condições de ir. São 853 Conselhos Municipais, 853 equipes da
927 proteção básica. Como é que nós vamos fazer? Então não tem condições. Se vocês
928 concordarem, eu vou pedir pra gente tirar esse assunto de pauta pra gente trazer uma proposta
929 para o próximo pleno. Pode ser senhor Walter? **WALTER:** Pode perfeitamente. **SIMONE:** Então
930 tá. Eu agradeço a compreensão da comissão e dos conselheiros. Pode deixar que nós vamos
931 pensar em uma alternativa bacana para atender a necessidade em ampliar a intervenção do
932 Conselho Estadual. Eu entendi que ninguém tem nada contra aos encaminhamentos de oficial o
933 gestor e oficial a SEDESE sobre a situação de Caratinga. Ok gente? Então tá. Nós voltamos às
934 13min16seg. Eu vou pedir a conselheira Marta que se prepare, pra gente fazer o primeiro ponto
935 de pauta com a sua apresentação. E depois, a gente volta com a comissão de orçamento e
936 financiamento. A Isabela pediu pra gente trocar a pauta aqui, está bom? Obrigada então gente.
937 Vamos almoçar. PARTE 2 – retorno do almoço. **SIMONE:** Agora vamos para a apresentação da
938 nossa querida conselheira Marta Elisabete. Então Marta, fique a vontade para fazer a sua
939 apresentação. Depois a gente abre para o debate. **MARTA ELISABETE:** Obrigada gente. Eu
940 queria agradecer na pessoa da Simone todos vocês por essa oportunidade. Para quem não me
941 conhece, eu sou a Marta Elisabete. Eu sou funcionária da funcionária da SEDA há 29 anos e 8
942 meses, e sou funcionária também da prefeitura municipal de Betim há 27 anos e meio. Então sou
943 militante da luta. Eu sou psicóloga. Eu vim trazer aqui de uma maneira sucinta a apresentação da
944 política de saúde mental, álcool e outras drogas. Pode passar, por favor. Eu fiz uma apresentação
945 só do objetivo da política e as nossas principais diretrizes, para que o tempo não fique muito
946 extenso. A política de saúde mental ela está restrita em 45 páginas do quê que a gente pretende
947 fazer. Sem eu fosse apresentar isso aqui, eu iria consumir todo o tempo. Então eu vou focar em
948 duas coisas que eu julgo de suma importância: A política; E esse programa que chama “Cartão
949 Aliança.” Eu coloquei programa porque ele não é uma política. Mas foi uma coisa que nós
950 herdamos. Eu preciso colocar como que a relação desse programa está refletindo na política de
951 saúde mental. Pode passar. O nosso objetivo geral da política nesse período de 2015 a 2018 é:
952 Formular, apoiar e induzir a implantação e a implementação da política de saúde mental, álcool e
953 outras drogas no Estado de Minas Gerais em consonância com os princípios do SUS. Pode
954 passar. As principais diretrizes nossa: Reverter a lógica do modelo e das prioridades da política
955 estadual de saúde mental que estava vigendo na gestão anterior. Na gestão anterior o governo
956 estadual ele focou a política de saúde mental na contratação das instituições privadas em termos
957 de investimentos e de repasse de recurso financeiro. Então a primeira coisa que a gente fez foi
958 dizer não. A prioridade da política, conforme está na constituição, é fortalecer a rede do SUS. As
959 entidades privadas dentro do SUS são complementares ao sistema. O investimento prioritário
960 financeiro tem que ser o fortalecimento da política pública, no caso da saúde mental. Eu não vou
961 entrar nessa questão, mas quando nós assumimos a coordenação a gente encontrou a equipe
962 desmotivada, dividida. Tinha saúde mental e o Cartão Aliança. O investimento financeiro estava
963 no Cartão Aliança. Então a gente encontrou uma série de situações que a gente foi revertendo na
964 nossa entrada no ano passado. A outra diretriz da política é: Implantar e ampliar a rede de
965 atenção psíco-social nas microrregiões do Estado, priorizando as realidades e necessidades dos
966 territórios. O que significa isso? A saúde é dividida por treze regiões grandes ampliadas: Região
967 sul, região centro/sul, região macro –sudeste, região marco- leste, região leste/sul, região macro –
968 norte que pega Montes Claros, a região nordeste que pega Teófilo Otoni, a região do Vale do

969 Jequitinhonha que pega Diamantina. Dentro dessas macro-regiões de saúde têm as micro-
970 regiões de saúde. No Estado são 77 microrregiões de saúde para dividir os 853 municípios.
971 Quando eu tinha deixado à coordenação nas duas gestões do Aécio a gente tinha 26 micro-
972 regiões de saúde que não tinha nenhum equipamento de saúde mental. O quê que é
973 equipamento de saúde mental? Os Centros de Atenção psíco-social com pessoas de uso abusivo
974 de álcool e outras drogas; E o da infância e adolescência. Eles têm tipologias de acordo com o
975 tamanho populacional. Mas o trabalho deles é o mesmo trabalho, só que eles se dividem pelo
976 tamanho da população. O CAPS 1 atende de 15 a 70 mil; O CAPS 2 de 70 a 200 mil; O CAPS 3
977 que é de funcionamento 24 horas tem uma abrangência de mais de 200 mil habitantes. A mesma
978 coisa acontece com o CAPS de álcool e outras drogas. Tem duas tipologias: Aquele que funciona
979 para uma população de 70 a 200 mil; E aquele que é com população maior acima de 200 mil e
980 com o funcionamento 24 horas. Então os CAPS aqui em Belo Horizonte vocês chamam de
981 CERSAM - Centro de Referência de Saúde Mental, mas é a mesma coisa de CAPS, em termos de
982 equipe, de lógica de funcionamento. Foi adotado o nome do ministério da saúde. Nós temos as
983 residências terapêuticas, que são casas destinadas para pessoas com transtornos mentais, com
984 o financiamento do ministério da saúde para os moradores dos hospitais psiquiátricos
985 conveniados ao SUS. Claro que as pessoas que estão em situação de rua, ou que vieram a ter
986 um transtorno e perdeu todos os laços familiares, também se beneficiam deste tipo de
987 equipamento. Não existe é o financiamento. Às vezes os municípios vão colocando as pessoas
988 que estão neste tipo de situação. Em alguns lugares existem residências terapêuticas financiadas
989 única e exclusivamente com recurso municipais. O financiamento delas tem dois tipos: Tipo 1 e
990 tipo 2. O tipo 2 é para as pessoas mais dependentes. O tipo 1 é para as pessoas que tem mais
991 autonomia, de comer, de tomar banho, de poder andar, de se relacionar. A política de saúde
992 mental tem a unidade de acolhimento tanto para adulto quanto para criança e adolescente. No
993 Estado nós temos duas de adulto e quatro de criança e adolescente. Temos também outro tipo de
994 equipamento que chama: "Centro de Convivência." São espaços onde tem uma pessoa que
995 coordena os centros com oficinairos. Várias pessoas podem ir neste centro para fazer o que?
996 Atividades artísticas, culturais, desenvolver habilidades, melhorar a sociabilidade e as relações a
997 comunidade. Esses centros são reconhecidos pelo ministério, mas eles não têm financiamento
998 contínuo do ministério de saúde. É uma coisa que nós colocamos na nossa política, de financiar e
999 credenciar esses centros. Hoje nós temos 36 formados na coordenação estadual de saúde
1000 mental. O outro ponto que tem da rede de saúde mental são as equipes de saúde mental na
1001 atenção básica junto com as equipes do PSE. Eles chamam hoje: "Núcleo de Apoio a Saúde da
1002 Família." É pra fazer um trabalho com outras demandas da saúde mental. Tem uma priorização
1003 para os casos mais graves de saúde mental que são os casos de esquizofrenia, os transtornos
1004 bipolares e neuróticos muito graves. Essas outras pessoas que vão na atenção básica é para
1005 tratar as depressões vamos dizer moderadas, leves, outros tipos de transtornos como angústia. E
1006 também, as pessoas que tem transtornos graves que estão estabilizadas. Se elas estão
1007 estabilizadas, elas podem ter o acompanhamento no programa de saúde à família. Nós temos os
1008 leitos de saúde mental que é para serem feito junto com os hospitais gerais, que são também
1009 articulados com a rede de saúde mental. O CAPS fala: "Fulano de tal tem que ficar no leito. Ele
1010 não tem condição de ir pra casa." O CAPS tem que trabalhar integrado com a equipe do hospital
1011 onde tem o leito. Hoje a redê de saúde mental é essa. Nós temos que ter uma articulação com o
1012 SAMU, com as UPAS, com os outros equipamentos da saúde que essa pessoa demanda. Então
1013 isso é uma diretriz. Ampliar este serviço significou no nosso planejamento colocar recurso do
1014 Estado, que até então o Estado só colocou recurso para a saúde mental para ajudar na
1015 implantação do serviço, mas nunca tinha colocado recurso de custeio. Foi a primeira vez que
1016 entrou. Pode passar. Eu já estou terminando. Cada diretriz gente tem um monte de ações que eu
1017 não trouxe aqui, senão eu vou ficar aqui até amanhã contando para vocês. Outra diretriz: Política
1018 de comunicação na saúde mental. A gente acha que é fundamental para poder ajudar na
1019 desconstrução do estigma, do preconceito contra as pessoas que tem os transtornos mentais e os

1020 usuários de álcool e outras drogas; Estimular a organização de associação de usuários e
1021 familiares com as entidades anti-manicomiais. O projeto que a gente já fez com a escola de saúde
1022 a gente continua fazendo, que é levar os usuários da associação para as rodas de conversas. O
1023 município garante a alimentação e o Estado leva o transporte. A gente discute estatuto de
1024 associação como uma maneira de sensibilizar e mobilizar; Priorizar o investimento financeiro na
1025 CAPS em deferimento o investimento que estava no governo anterior nas entidades privadas.
1026 Isso eu já falei anteriormente. Uma coisa que nós encontramos dentro da secretaria de saúde
1027 chama-se: “Judicialização da Saúde.” Nós falamos assim: “Dá pra nós!” Só na saúde mental
1028 pegamos 860 casos de internação compulsória. Nós estamos desconstruindo um a um. Porque
1029 que tem internação compulsória? Porque a mãe estava sofrendo, tem um filho com problema. Ela
1030 vai atrás de um juiz ou de um promotor. O promotor quer que resolva. Então ele ordena uma
1031 internação. O quê que é isso? Isso às vezes é a dificuldade do serviço em fazer a busca ativa; É
1032 a falta de comunicação do serviço com as famílias; É a falta de intervenção clínica adequada. É
1033 uma séria de fatores. Existem dentro desses casos algumas situações que precisam ser olhadas,
1034 mas não são 860. Esse núcleo de judicialização já tinha uma lista de entidade para internar que
1035 cobrava do Estado R\$ 20 mil, R\$ 15 mil, por mês. Então nós pegamos todos esses casos e
1036 trouxemos para a coordenação. A gente está desconstruindo isso. Pode passar. No governo
1037 anterior nós encontramos um programa conhecido como: “Programa Aliança Pela Vida.” Hoje ele
1038 só é o “Cartão Aliança.” Pode passar. Isso tudo vocês vão receber. Eu já copiei aqui para as
1039 meninas o relatório. O programa estadual preconizava as ações de investimentos de recursos
1040 financeiros públicos em entidades provadas relacionadas ao uso de drogas, sendo estruturadas
1041 por três eixos; Realização de convênio com as comunidades terapêuticas e afins para o
1042 financiamento de construções, compra de matérias de consumo e permanentes. Nós
1043 encontramos um convênio feito da SEDA para a construção de comunidades terapêuticas em dez
1044 comunidades no norte de Minas no valor de R\$ 4 milhões. Esse é um exemplo. O território, que
1045 era financiamento, dava R\$ 400 mil para a comunidade pra ele fazer a abordagem nas pessoas
1046 que usavam drogas na rua, e para comprar veículos de transporte. O “Cartão Aliança Pela Vida”
1047 é o custeio das internações nas comunidades terapêuticas. Pode passar. Hoje só tem o “Cartão
1048 Aliança.” Então a coordenação de saúde mental, álcool e outras drogas foi fazer uma avaliação
1049 do diagnóstico situacional do referido programa, e constatou um descumprimento das cláusulas
1050 da legislação que instituí e regulamenta o programa “Cartão Aliança.” Era um contrato. Não era
1051 convênio. O contrato foi feito pela secretaria de estado e pelas comunidades e pelas secretarias
1052 municipais. Tem um termo de adesão a partir de deliberação da CIB celebrado entra a secretaria
1053 e as prefeituras. E tinha um edital 26/2013 e 01/2014, ambos trava do credenciamento e
1054 habilitação das comunidades não governamental. Pode passar. Desde o início do programa foi
1055 verificada a inexistência do controle de regulação da prestação do serviço e seu respectivo
1056 financiamento; A falta de fiscalização e observância da qualidade da assistência prestada pelas
1057 comunidades terapêuticas contratadas. Então quando a gente chegou a gente viu que não existia
1058 isso. Pode passar. Aí é um ponto importante pra gente destacar com relação à estratégia da
1059 regulação do programa “Cartão Aliança Pela Vida.” Ele se deu a partir da construção de um
1060 documento onde a gente pegou tudo que estava no contrato anterior e fomos fazendo o
1061 alinhamento da política de droga na secretaria de saúde do Estado de Minas Gerais, baseada em
1062 toda a legislação existente pelo programa que se consolidou partir da realização de reuniões e
1063 apresentação do mesmo; O acompanhamento e monitoramento das ações tanto por parte dos
1064 municípios aderidos, como das comunidades terapêuticas contratadas. Pode passar. Aí é a
1065 situação do programa. Eram 410 municípios aderidos ao programa. Hoje tem 261 municípios
1066 aderidos ao programa. O número de unidades bloqueadas que não participaram da reunião de
1067 alinhamento: 51. Fazia parte do contrato de que elas tinham que participar. Então como elas não
1068 participaram, estão bloqueadas. No momento em que participar do alinhamento fica
1069 desbloqueada. As comunidades 74. Hoje nós temos 52, porque 22 foram descredenciadas do
1070 programa depois da vistoria. Pode passar. Agora eu vou falar do relatório que eu mandei. Eu

1071 trouxe uma cópia para entregar. Quando a gente foi fazer a vistoria nessas comunidades nós
1072 tivemos que traçar uma metodologia pra gente ver quais eram as irregularidades, aquilo que era
1073 tolerável e aquilo que não era tolerável para secretaria, vamos dizer assim. Algumas coisas pra
1074 nós são toleráveis. Nós fizemos entrevista com todos os usuários do programa, um a um,
1075 simultaneamente, com entrevistas privadas. Então, por exemplo, carro do Estado com recurso.
1076 Você quando passa mal é levada para ao atendimento. Eu só tenho que pagar R\$ 70 reais para o
1077 combustível. Eu vou dar exemplos, tá gente? Não é só isso. Eu estou contando os detalhes,
1078 porque está tudo no relatório. Vocês vão ler o relatório. Outras irregularidades: A comida toda
1079 vencida oferecida para os usuários: Arroz, feijão, lata de massa de tomate, sem contar os pães
1080 todos mofados. A saúde não tolera isso não! Se outras instituições toleram, nós não toleramos
1081 isso. Eu estou dando um exemplo. Outras irregularidades: Na hora do almoço você não pode
1082 conversar com uma pessoa. Se você conversou, você vai ficar uma semana lavando toda a louça
1083 da comunidade. Quase todas as comunidades os usuários tem que lavar roupa, fazer a comida,
1084 capinar, construir pocilga, construir cômodos. Eu conheço isso como trabalho escravo. Mas eles
1085 dizem que são trabalhos voluntários. Isso nós vamos conversar com o ministério do trabalho e
1086 emprego. Ele vai dizer se isso é ou não trabalho escravo. Eu estou contando os detalhes. São
1087 muitas coisas que se acumularam. Outras coisas: A comunidade não pode ter mais do que 45
1088 vagas. Está claro lá na prestação do contrato. Então gente, é uma série de irregularidades nas 42
1089 que nós fomos. Porque nós não vistoriamos toda? Vistoriamos aquelas que estavam vencendo o
1090 contrato. Algumas eram 24 meses no primeiro edital. No segundo edital já eram 60 meses. (VOZ
1091 AO FUNDO) Vistoriamos 42. Bom, gente. Isso é as que estão ligadas ao sistema de saúde. No
1092 relatório vocês vão ver direitinho porque está com gráficos e tudo. A maioria não tinha profissional
1093 contratado, era voluntário. Eu falei assim: “Deixa eu ver a pasta do usuário e o que voe está
1094 anotando aí.” Tinha um projeto terapêutico singular de cada um. Eu falei: “Me mostra o projeto.”
1095 Eu não vi em lugar nenhum. Eu não vi nada escrito dos colegas sobre a evolução das pessoas. O
1096 que tinha na pasta da pessoa era um monte de documento. Então foram muitas e muitas
1097 irregularidades. É a realidade. Como se não bastasse a secretaria de defesa social tem 26
1098 comunidades que chama: “Rede Complementar”. Ela fazia convênio. Agora vai mudar porque ela
1099 acabou de fazer um edital para colocar novas comunidades. São 26. Tinha comunidade que
1100 recebia essa nossa vistoria de quatro fontes: Da SENAD, que são 63; Da SEDS; Do programa
1101 “Aliança”; E dos Municípios. Fora as vezes que recebe da igreja. A diária paga do “Cartão
1102 Aliança” é R\$ 45 reais pela internação. O hospital, que é uma coisa horrível, paga 49. O hospital
1103 exige uma equipe técnica. O quê que nós constatamos? Primeiro que a SEDS tem essas
1104 comunidades. Agora eu só quero que vocês escutem uma coisa, todos esses serviços da SEDS
1105 são pagos com o dinheiro da saúde, está bom? E eles estão recebendo, está bom? Isso eu queria
1106 contar para vocês. Esse dinheiro sai da fonte da saúde e é repassado para SEDS. Eu acho isso
1107 muito grave. Eu acho isso de uma gravidade enorme. Eu fiquei sabendo via jornal que o atual
1108 subsecretário da SEDS, Rafael Miranda, vai sair como chefe de gabinete do Léo e vai ser o nosso
1109 subsecretário dessa política. Eu quero dizer pra vocês que nós da saúde mental fomos
1110 bombardeados pela ALMG. Eu recebi uma moção de repúdio a minha pessoa, a Miriam recebeu
1111 na pessoa dela e o Humberto Verona também. Somos três coordenadores. A Miriam foi
1112 ameaçada de morte por escrito. É isso o que nós estamos vivendo no Estado. Quero dizer pra
1113 vices que eu, Marta Elisabete, compreendo com uma delicadeza de entender que esse
1114 equipamento no Brasil ele não é proibido. Se ele não é proibido e o Estado vai financiá-lo, eu
1115 acho que é uma obrigação ética do Estado regular e fiscalizar aquilo onde ele está colocando
1116 dinheiro. Agora, se o Estado quer dá dinheiro para os outros: “Te dou o dinheiro e você faz o que
1117 você quiser” aí a sociedade resolve isso. Eu enquanto servidora pública acho que onde tem
1118 dinheiro público tem que fiscalizar e regular. Eu não também para onde que vai caminhar. Eu
1119 entendo as questões políticas de qualquer governante que recebe. O que a gente vai fazer é
1120 cumprir o nosso papel, que é fiscalizar e regular. Eu quero dizer para os senhores que não tem
1121 dinheiro na saúde. Nós não passamos nenhum centavo do ano passado pra cá na saúde mental.

1122 Ah! Passamos! Calma. Eu vou falar a verdade. Repassamos recurso de implantação que era do
1123 governo anterior de 2014 e um restinho de 2013. Os gestores falam com a gente assim: “O
1124 dinheiro está na conta. Eu não vou implantar nada.” Ele não tem garantia de credenciamento do
1125 ministério da saúde, e não sabe se vai ter financiamento o Estado. Eu queria que o Conselho
1126 pudesse em algum momento fazer uma nota, uma carta, alguma coisa dirigida para o secretário
1127 de saúde ou para o governo se posicionando sobre isso. Eu entendo que o que a gente defende é
1128 a política pública para ser implantada e aquilo que prega a constituição. Era isso. Muito obrigada.
1129 (APLAUSOS) **SIMONE:** Eu quero agradecer a coordenadora da saúde mental, Marta Elisabete. É
1130 muito importante discutirmos a política e para onde estamos indo, pra gente ter clareza dos
1131 desafios colocados pra gente construir a política de saúde mental no Estado de Minas Gerais.
1132 Então, eu vou passar para os inscritos. Quem são? (VOZ AO FUNDO) Primeiro o conselheiro
1133 Wilson, depois a conselheira Páscoa e o conselheiro Volney. **WILSON:** Parabéns pela palestra.
1134 Eu estou horrorizado e triste. Mas me veio algumas questões que eu vivi com pessoas com
1135 problemas mentais. Existem alguns medicamentos, principalmente o rivotril, que deixa a pessoa
1136 meio que “vegetando” não é? As pessoas tomam doses altas. As pessoas vivem junto com a
1137 família, mas às vezes ficam medicadas 24 horas por dia. Como que as políticas públicas de
1138 saúde mental estão lidando com esse problema? Eu vi um caso recentemente de uma pessoa
1139 que parecia que estava sendo tratada da mesma forma por dois anos seguidos. Uma pessoa
1140 completamente apática sem ter capacidade de fazer nada, e o médico só renovando a receita.
1141 Esses medicamentos causam dependência. Inclusive se tentar tirar a pessoa pode vim a chegar
1142 até o óbito. Então como que as políticas estão lidando com a medicamentação? É isso.
1143 **SIMONE:** Conselheira Páscoa. **PÁSCOA:** Nos municípios a gente vê as comunidades
1144 despreparadas, sem equipe técnica, sem nada. Antes de ir também, a comunidade terapêutica
1145 faz uma lista do que tem que levar inclusive o dinheiro para comprar, porque sabe que lá vai ser
1146 um inferno. Muita das vezes o CRAS faz essa vaquinha para dar o dinheiro. A gente sabe que
1147 isso acontece. Outra coisa, quais são os critérios da saúde mental na proteção básica? O meu
1148 município não tem equipe de saúde mental, não tem nem psicólogo. Essa demanda a gente
1149 manda para o CRAS. Agora a gente tem um CRAS em Itaguara está nos ajudando. Essa semana
1150 na comissão de apoio o município de Caratinga informou que tem uma entidade funcionando por
1151 34 anos com 54 pacientes internos de saúde mental. **MARTA ELISABETE:** Tem que estourar
1152 essas instituições todas. **PÁSCOA:** A minha pergunta é sobre quais são os critérios. É igual você
1153 falou, a família fica desesperada, todo mundo fica desesperado e vai para o CRAS. (VOZ AO
1154 FUNDO) **VOLNEY:** Como todos nós sabemos a senhora foi presidente do CRP da 4ª Região em
1155 Minas Gerais. Qual é a posição do sistema Conselhos quando os técnicos psicólogos
1156 responsáveis dentro dessas unidades terapêuticas que não tem um projeto terapêutico para
1157 esses internos? Qual que é a posição do sistema Conselhos em termos de orientação e
1158 fiscalização? Uma vez que temos outra conselheira no Conselho aqui presente. Eu queria saber
1159 qual que é o posicionamento da entidade. **LÚCIA:** Marta são três intervenções. **MARTA**
1160 **ELISABETE:** A primeira do colega eu acho que é muito bem colocada, que é a questão da
1161 erradicação excessiva. Desculpa, mas eu não sou médica. Podemos trazer em outro momento
1162 um médico para falar mais. Eu acho que os meus quase 30 anos de trabalho na área me
1163 permitem falar alguma coisa. A pessoa que apresenta transtornos mentais muito graves,
1164 depressões muito graves, elas fazem uso de medicação. O medicamento ele ajuda. Ele é um
1165 componente de um tratamento. Ele não é o tratamento. Para vocês terem uma ideia, a depressão
1166 moderada é no mínimo dois anos de tratamento e tem uma forma mais ou menos delineada.
1167 Existe uma coisa na saúde mental que é diferente, por exemplo, quando você tem uma
1168 tuberculose. Quando você tem uma tuberculose, você tem um padrão de tratamento que os
1169 médicos vão usar para você, vão usar para ela. Você vai tomando uma dosagem durante um
1170 tempo, depois outra dosagem, até você ter a redução do sintoma e a cura da tuberculose. Na
1171 saúde mental não é assim. Não tem como falar assim: “Um paciente esquizofrênico.” Há
1172 avaliações. Você não pode fazer uma propedêutica que é padronizada, depende do caso e da

1173 situação. Esses medicamente ajudam minimizar os efeitos dos transtornos. Agora gente, uma vez
1174 o transtorno mental grave não há uma remissão desse transtorno. A pessoa pode aprender a lidar
1175 com o seu processo de doença. Ele vai aprendendo a lidar com isso na vida, e vai descobrindo
1176 junto o terapeuta dele possibilidades de vida para ele e para a família dele. Alguns conseguem
1177 um nível de trabalho, outros conseguem fazer uma atividade mais artesanal. A gente vê casos de
1178 esquizofrenia na juventude onde compromete muito a pessoal Então isso é uma complexidade
1179 muito grande. Eu acho importante dizer que a gente combata o excesso de medicação. Toda a
1180 vez que a gente sabe do caso a gente conversa com a equipe, a gente faz as intervenções que
1181 são possíveis. A gente não é a favor do excesso de medicação. A outra pergunta. O ministério da
1182 saúde prevê que você pode contratar profissionais para a saúde da família pelo programa NASF.
1183 (VOZ AO FUNDO) Tem! (VOZ AO FUNDO) Tem que ter o mínimo de equipe. Aí no caso seria a
1184 contratação de pelo menos um psicólogo na atenção básica. Agora o quê que acontece com
1185 Itaguara? Itaguara deve ser da região de Divinópolis, não é isso? Então. É muito grande a rede.
1186 A gente tem que ir em Itaguara e conversar para eles aprenderem a fazer um matriciamento com
1187 o município que não tem referência. O que é um matriciamento? Ir lá ao município, discutir o
1188 caso, falar como que ele tem que ser conduzido com a enfermeira, com o agente comunitário. É
1189 isso o que a gente chama de matriciamento. O CRAS acaba se tornando um ponto de apoio,
1190 porque é onde o CAPS está dialogando. Agora, ele tem eu dialogar é também com a equipe da
1191 saúde da família. Dependendo dos casos aonde a gente vai, a gente vai lá ao território, chama a
1192 roda com todo mundo pra saber como é que faz. **SIMONE:** Obrigada Marta. Eu vou abrir mais
1193 uma rodada. **VOLNEY:** Tem as minhas. **MARTA ELISABETE:** O Volney, quando eu estava no
1194 CRP e fui presidente a gente fez aquelas inspeções nas comunidades por nossa conta para ver
1195 os profissionais. Naquela época eu discuti com o plenário, tiveram muitas discussões, aonde a
1196 gente chegou a fazer uma resolução mínima para que quando os psicólogos e fiscalizadores
1197 fossem orientados pelos psicólogos da comunidade fizesse um nível de fiscalização. Foi uma
1198 resolução que a gente fez, com polêmica. Isso na minha gestão. Era o que tinha. Agora eu não
1199 sei responder para você como que está ou qual que é o posicionamento. Eu quero te dizer que o
1200 posicionamento do governo federal é muito estranho. O nosso Conselho Federal atualmente tem
1201 tido uma postura muito ambígua com relação às comunidades, e muito ruins, haja vista que o
1202 nosso Conselho calçamos uma psicóloga que curava gay. O Conselho atual revogou a cassação.
1203 Então é uma gestão muito ruim, não é? Eu abomino essa gestão Volney. Eu não reconheço essa
1204 gestão. **ÉRICA:** Esse plenário onde a Marta era presidente a gente revogou essa resolução, o
1205 que causou muita polêmica também. A resolução focava no exercício do psicólogo, no sentido
1206 das condições de trabalho do psicólogo. Esse plenário teve o entendimento do que acontecia.
1207 Muitas das vezes o fiscal ia lá, fazia a verificação do arquivo, mas tinha violação de direitos
1208 humanos. Então a gente revogou no sentido de fazer uma nova resolução onde os psicólogos
1209 têm que se ater a todas essas questões. Não só a questão do arquivo, mas o PPS, a não violação
1210 de direitos humanos, tudo isso. A gente foi chamado até na ALMG por ter revogado a resolução.
1211 Então, assim, o CRP vai, os psicólogos vão com as pessoas da regional da saúde. Então tem
1212 essa parceria. É um trabalho bem interessante da saúde mental. **SIMONE:** Muito obrigada. Na
1213 fala do Luís George nós vamos encerrar as inscrições para esse tema. A gente está inscrevendo
1214 o Volney para ele dizer o posicionamento do CRP com relação ao tema. Então vamos passar
1215 para o senhor Luís? **LUÍS GEORGE:** Boa tarde para todos (as). **ÁUDIO INAUDÍVEL**
1216 **56mim55seg.** **LÚCIA:** Silvana. **SILVANA:** Eu acho Marta que é muito oportuno pra gente a sua
1217 fala em vista do atendimento que a gente fez ao Conselho de Caratinga antes de ontem. Não é
1218 nem uma comunidade terapêutica, é uma entidade cadastrada na assistência social. A gente
1219 orientou inclusive procurar o Conselho da Saúde pra fazer o cadastro. É bom ouvir a sua fala
1220 porque a gente saiu muito sensibilizada com a conselheira. Ela mostrava a dificuldade em
1221 procurar a saúde, em passar essa entidade para a saúde e prestar o atendimento. O que está me
1222 chamando a atenção e o que eu queria ouvir é se a coordenação de saúde tem como atender
1223 todos esses pacientes que estão nas comunidades. A outra questão é a relação da saúde com as

1224 entidades parece um pouco diferente da relação da assistência social. Parece que a tendência é
1225 acabar com as comunidades terapêuticas. Isso o que eu queria ouvir. **LÚCIA:** Soyla. **SOYLA:**
1226 Marta parabéns pela fala. Eu achei importante fazer algumas observações. Realmente, toda a sua
1227 fala reflete a realidade, em alguns aspectos. Tem um entrave com as internações compulsórias.
1228 No meu município que faz as internações compulsórias sou eu. Então, por exemplo, tem
1229 especificidade de território. Em Paracatu eu não vejo a internação compulsória como
1230 desnecessária. Desde 2009 que eu comecei em Paracatu que eu vejo que são raros casos que
1231 não tinha a necessidade da internação compulsória, infelizmente, não é? Mas eu sou totalmente
1232 contra a judicialização. Eu vejo muito entraves dentro do SUS na política de enfrentamento as
1233 drogas. Parece que o SUS não evolui em alguns aspectos, infelizmente tem esse buraco. E daí a
1234 gente vasão para a judicialização. Já que a gente não tem o fluxo de atendimento as pessoas
1235 usuárias de drogas entra o juiz e fala que vai internar. Então infelizmente temos esse buraco. Mas
1236 eu quero parabenizar mesmo. A gente tem que lutar pelo SUS que a gente acredita. **LÚCIA:**
1237 Conselheiro Rodrigo. **RODRIGO:** É bem rápido. A produção de vocês no Estado, como que está
1238 isso? A saúde sozinha não dá conta! Vocês estão fazendo inteligência de gestão? Você está bem
1239 contida pelas ameaças aí. **MARTA ELISABETE:** Eu não estou contida não! **LÚCIA:** Conselheiro
1240 Volney. Não? Conselheira Rosilene. **ROSILENE:** Eu quero te parabenizar Marta. Foi importante.
1241 O CRESS tem atuado sim na fiscalização das comunidades terapêutica, a gente tem esse
1242 trabalho. Quando perceber que tem violação de direito, violação da ética, temos que denunciar os
1243 Conselhos para tomar as providências. **MARTA ELISABETE:** Eu queria voltar na pergunta da
1244 colega que falou de Caratinga. Depois que a gente voltou, eu já encontrei duas entidades, uma
1245 em Capelinha e a outra em Santa Maria do Suaçuí, e tem em Caratinga, que são instituições que
1246 não são da área da saúde, que vão abrigando pessoas com transtornos mentais e que está
1247 chegando denúncia pra nós. A de Capelinha nós estamos desconstruindo a instituição e fazendo
1248 duas residências terapêuticas. Nós conseguimos ainda na gestão federal o financiamento. A de
1249 Santa Maria do Suaçuí nós já não conseguimos, mas nós descobrimos uma coisa estranhíssima.
1250 Quando a gente foi na instituição e fomos vendo o tanto que os municípios pagavam para a
1251 instituição nós fomos convencendo o município de que a gente tiraria as pessoas daquela
1252 condição, daquela instituição total, e ele poderia gastar até menos. Então eu acho que faltava era
1253 orientação. Eu estou falando do caso de Santa Maria. Essa de Caratinga é mais antiga. Eu acho
1254 que nós vamos ter que ir lá também para mexer. Ela quer ir para a assistência social, e ela não é
1255 da saúde. Então nós temos que ir lá para desconstruir essa instituição de Caratinga. (VOZ AO
1256 FUNDO) **SIMONE:** Gente, por favor, vamos seguir a pauta. Já são 15 horas. **MARTA**
1257 **ELISABETE:** Pois é. Vou ter que ver isso. Internação compulsória gente existe uma situação
1258 limite sim, quando o sujeito está literalmente colocando em risco a própria vida e a vida do outro,
1259 mas você tem que caracterizar isso. Quando esse sujeito não aceita nenhuma abordagem está
1260 configurada a internação compulsória. Mas isso não é uma coisa comum. O quê que a gente
1261 entende? A internação compulsória aparece quando o sistema falha. Isso é muito mais um efeito
1262 sentinela. É claro que existe situação limite, existe, mas não é do jeito que está virando, está
1263 banalizando a internação compulsória. Isso é uma coisa que a gente teria que discutir qual que é
1264 a concepção. Nós estamos organizando um seminário, uma discussão, do quê que é a prevenção
1265 no enfrentamento das drogas. O conceito que a saúde tem de prevenção não é o conceito que
1266 muitos têm por aí não, que você vai dentro da escola e fala com o menino: "Não use droga." E aí
1267 mostra uma palestra do que é a droga. Isso não é prevenção não. Nós estamos organizando em
1268 fazer a discussão sobre o que significa a prevenção em saúde, neste campo especialmente.
1269 Rodrigo, em todo governo, e, todo o lugar, a gente vê alguma coisa. Toda a vez que eu tomei
1270 conhecimento no que tange a saúde mental eu trabalhei para desconstruir. A equipe que estava
1271 lá na secretaria também está trabalhando nisso. A gente atua quando a gente recebe denúncia,
1272 quando a gente ouve falar. A gente não é conivente com isso. A outra coisa é o que a Rosilene
1273 falou das violações de direito. É gente! É muita violação de direito. O que a gente tem que fazer é
1274 combater e orientar os nossos colegas também sobre o que é violação dos direitos. A gente tem

1275 considerar uma série de coisas nas pessoas que estão internadas. As pessoas às vezes não
1276 entendem certas coisas como violação de direito. Eu acho que isso é um processo. É isso.
1277 **SIMONE:** Obrigada Marta. Eu quero que os conselheiros deem uma salva de palmas para a
1278 nossa conselheira. (APLAUSOS) Eu tenho pela conselheira Marta um profundo respeito e
1279 admiração pela história dela. E claro, com ela a história dos psicólogos que despontaram o
1280 sistema manicomial no Brasil. Vocês merecem de nós toda a admiração e respeito. **MARTA**
1281 **ELISABETE:** Obrigada Simone. **SIMONE:** Quero também dizer que tem dois assuntos que
1282 ficaram pendentes, mas que a Consolação vai anotar. Assim que a gente tiver condições nós
1283 voltamos para o debate, que é a questões que você colocou para a assistência social. Você se
1284 posicionou sobre várias questões, menos a oferta da própria assistência. São os pontos: A
1285 atenção do CRAS/CREAS, e a questão da inscrição das comunidades terapêuticas nos
1286 Conselhos de Assistência. **MARTA ELISABETE:** Tá. **SIMONE:** Vamos organizar melhor esse
1287 debate. Eu vou passar para a nossa secretária executiva pra que ela nos ajude no debate do
1288 próximo ponto, que é a minuta de resolução do segundo processo de escolha de vacância de
1289 suplência das três vagas de entidades de assistência social, e uma vaga não governamental do
1290 CMAS. Nós discutimos esse tema ontem na presidência ampliada do Conselho Estadual.
1291 Resolvemos que vamos fazer ainda neste ano, porque no ano que vem já tem eleição nova.
1292 Então a gente vai fazer uma última alternativa mais qualificada, eu espero, pra gente tentar ver se
1293 preenche a vacância do CEAS. Então, por favor, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Então eu vou
1294 fazer a leitura. Todo mundo recebeu a primeira minuta. Teve uma alteração ontem na discussão
1295 da reunião mesa diretora, não só para avaliar a participação, mas a gente tira essa especificidade
1296 de ser representativo de usuário e representante de Conselho não governamental, bem como no
1297 dia da eleição, vão ter debates também para gente apresentar as entidades e o marco regulatório.
1298 A minuta de resolução está projetada. Todo mundo recebeu também o material hoje. “Dispõe
1299 sobre o segundo processo de preenchimento vacância relativo aos representantes da sociedade
1300 civil para compor o Conselho Estadual.” Quem tiver algum destaque fale, por favor. Eu vou ler
1301 tudo, em o final a gente abre. Pode ser assim? **LÚCIA:** Vocês levantem a mão pra gente poder
1302 anotar os destaques tá? **CONSOLAÇÃO:** O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas
1303 Gerais – CEAS/ MG, no uso das atribuições legais, aí vem as normas... considerando o seu
1304 Regimento Interno; a Resolução do CEAS n.º 519 de 24 de junho de 2015, que “dispõe sobre o
1305 Processo Eleitoral; que o Processo Eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos
1306 Municipais de Assistência Social ocorrido na 11ª Conferência Estadual de Assistência Social
1307 encerrou com vacância; considerando a Resolução do CEAS n.º 551 de 18 de março de 2016,
1308 que “dispõe sobre o processo de preenchimento das vacâncias terminou com a permanência de
1309 04 (quatro) vagas; e considerando a deliberação da 214ª Plenária Ordinária, resolve: Art.1º
1310 Aprovar o presente regulamento do segundo processo de preenchimento das vacâncias relativas
1311 aos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual de Assistência Social –
1312 CEAS, doravante chamado de Segundo Processo de Vacância. Capítulo I A identificação da
1313 sociedade civil. Art.2º O Primeiro Processo para preenchimento de vacância do CEAS encerrou
1314 com as seguintes vagas: I – 3 (três) representantes de entidades e organizações de assistência
1315 social, de âmbito estadual; II – 1 (um) representante não governamental dos conselhos municipais
1316 de assistência social – CMAS. §1º O assento no CEAS é da entidade ou órgão eleito de mandato
1317 de dois anos. §2º A indicação do representante da entidade ou órgão é de sua livre escolha,
1318 desde que seja comprovado vínculo com a entidade, não podendo ter sido conselheiro do CEAS
1319 nos últimos dois mandatos consecutivos, como titular ou suplente. Eu só vou falar que aqui está
1320 grifado porque sofreu alteração, tá gente? Já tinha sido aprovado em resoluções anteriores. §3º A
1321 indicação do representante do conselho municipal é de livre deliberação do colegiado, não
1322 podendo ter sido conselheiro do CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos como titular ou
1323 dois consecutivos como suplente. §4º Serão consideradas entidades e organizações de
1324 assistência social, aquelas sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 3º da Lei Orgânica de
1325 Assistência Social. Aí eu não vou ler, tá? Está igual está no artigo os três incisos que corresponde

1326 a entidade de atendimento e assessoramento da defesa de garantia de direitos. §5º Entende-se
1327 por âmbito estadual, para fins dessa resolução, os representantes de entidades e organizações
1328 de Assistência Social que comprovadamente desenvolvam suas atividades há no mínimo dois
1329 anos e: I – atuem em pelo menos dois municípios e terem no mínimo inscrição em dois
1330 Conselhos Municipais de Assistência Social, quando se tratar de entidades de atendimento; II –
1331 apresentar em seu estatuto o âmbito de atuação estadual e ter nominado em sua inscrição no
1332 Conselho Municipal de Assistência Social: entidade de assessoramento ou entidade de defesa de
1333 direito, quando se tratar desses tipos de entidades. Então é a primeira alteração que a gente viu
1334 que era necessária ter feito. Art.3ºO foro próprio para a eleição dos representantes da sociedade
1335 civil que visa preencher as vacâncias do CEAS ocorrerá no dia 20 de outubro de 2016, na sede
1336 do CEAS, de 8 às 13 horas. É o mesmo dia da plenária. A gente tinha colocado:
1337 “Simultaneamente com as atividades do Conselho.” Como está sendo proposto um debate, nós
1338 estamos deslocando para parte da manhã, e a tarde teriam as comissões do mesmo jeito
1339 otimizando a participação. Capítulo II Da coordenação do processo eleitoral. Art.4º A
1340 Coordenação do Processo Vacância será do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 549/2016.
1341 Isso a gente definiu na plenária passada. Art.5º O CEAS é a instância recursal das decisões do
1342 Grupo de Trabalho. Capítulo III a habilitação. Art.6º Poderão habilitar-se ao Processo Eleitoral,
1343 exclusivamente: I - Entidades e organizações de assistência social; e II - Conselhos Municipais de
1344 Assistência Social de Minas Gerais. Art.7º Entidades e organizações e conselhos mencionados no
1345 artigo anterior que desejarem participar como candidatos, no Processo Eleitoral, deverão habilitar-
1346 se no período de 01 a 30 de setembro, de 8 a 18 horas, nos dias úteis, junto à Secretaria
1347 Executiva do CEAS, por e-mail: ceasmg@yahoo.com.br, ou protocolado na Secretaria Executiva
1348 do CEAS. Aí tem o endereço e o e-mail do Conselho. §1º O requerimento de habilitação, modelo
1349 anexo I, será assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou pelo presidente
1350 do CMAS, dirigido ao Grupo de Trabalho. Ele deverá ser encaminhado junto com os demais
1351 documentos, dentro do período definido no “caput” deste artigo. §2º Deverá constar no
1352 requerimento de habilitação o nome do representante que comporá o CEAS caso a entidade,
1353 organização ou Conselho seja eleito. §3º Admitir-se-á requerimento de habilitação por
1354 procuração, no entanto, não se admitirá que mais de uma entidade ou Conselho seja
1355 representado pelo mesmo procurador para o Processo Vacância. §4º A Decisão sobre os
1356 requerimentos de habilitação será publicada no Diário Oficial do Estado. Art.8º As entidades e
1357 organizações de assistência social mencionadas no §5º do art. 2º deverão ser inscritas no
1358 Conselho Municipal de Assistência Social, conforme a Resolução do CNAS n.º 14/14. Art.9º Os
1359 documentos para a habilitação ao Processo Vacância são: I – pelas entidades e organizações de
1360 assistência social, definidas no §7º do art. 2º: a) Requerimento de habilitação, modelo anexo I
1361 desta resolução, devidamente preenchido e assinado; b) Cópia do documento de Inscrição
1362 expedido por um ou mais CMAS, conforme o Caso. Ou seja, se for caso de entidade de
1363 atendimento, seria mais de um. Se for entidade de defesa de direito ou assessoramento são dois.
1364 c) Formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme anexo II desta resolução,
1365 devidamente preenchido; d) Endereço completo, telefone, fax, e-mail da organização, pessoa de
1366 referência e outras informações importantes para contato em tempo hábil; e) Cópia da Carteira de
1367 Identidade, CPF e comprovante de residência da pessoa física a ser eleita. II – para os CMAS: a)
1368 Formulário de solicitação de habilitação, indicando o seu representante da sociedade civil a ser
1369 eleito, devidamente preenchido; b) Cópia das três últimas atas de plenárias do Conselho. Aqui a
1370 gente troca o período dessas atas, não poderão ser anteriores a janeiro de 2016; c) Cópia da ata
1371 que deliberou pelo representante para o CEAS; d) Apresentar-se devidamente atualizado no
1372 CADSUAS, cuja consulta será realizada pelo CEAS. Art.10. O formulário de solicitação de
1373 habilitação estará à disposição no site do CEAS www.social.mg.gov.br/ceas e deverá ser
1374 apresentado no ato da inscrição, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou
1375 seu procurador, no caso dos representantes das entidades e organizações de assistência social,
1376 ou pelo presidente ou vice-presidente, no caso de Conselho. §1º No caso de indeferimento

1377 admitir-se-á recurso ao CEAS. §2º Os candidatos ao Processo Vacância poderão apresentar
1378 recurso ao CEAS no caso de discordância da habilitação de outras entidades e organizações ou
1379 Conselhos por descumprimento deste Regulamento, no prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos
1380 a contar da data da publicação do resultado da habilitação. §3º As decisões dos recursos quando
1381 não forem publicadas serão comunicadas à parte interessada por e-mail ou via postal ou
1382 telegrama. (VOZ AO FUNDO) Destaque no Art. 10 para o Volney. Art.11. A documentação
1383 necessária para a habilitação, descrita no art. 9º acima, deverá ser encaminhada ao CEAS,
1384 conforme disposto no artigo 7ª desta Resolução. Art.12. O requerimento de habilitação de
1385 candidatura será dirigido ao Grupo de Trabalho, especificando em qual categoria de
1386 representação se candidata. §1º As vagas são em número de quatro (04) suplentes, distribuídas
1387 da seguinte forma: I – Três (03) representantes de entidades e organizações de Assistência
1388 Social; II – Um (01) representante não governamental dos Conselhos Municipais de Assistência
1389 Social. §2º É vedado concorrer em mais de uma vaga no CEAS. Está acabando. Capítulo IV dos
1390 eleitores. Aí a gente separou. Como que vai ter um evento, ao invés de ter habilitação de eleitor,
1391 quem estiver neste evento vai poder participar como eleitor, como foi na conferência. A mesa
1392 diretora discutiu isso, inclusive para ficar como foi na própria conferência e no outro processo que
1393 nós fizemos na reunião ampliada. Então está bem coerente. Art. 13. Serão eleitores, neste
1394 segundo processo de preenchimento de vacância, os representantes das entidades e dos CMAS
1395 devidamente credenciados que participarem da programação contida no art. 14 desta resolução.
1396 Parágrafo único. Os representantes de entidades mencionados no caput deste art. votarão
1397 exclusivamente em candidatos às vagas de entidades, bem como os representantes dos
1398 Conselhos Municipais nos candidatos à vaga de CMAS. Capítulo V Do ato de eleição. Art.14. A
1399 eleição realizar-se-á no dia 20 de outubro de 2016, na sede do CEAS, conforme a seguinte
1400 programação: 08h Credenciamento; 09h Apresentação do tema: “Papel das Entidades do Sistema
1401 Único de Assistência Social – SUAS”; 09h30 min Debate; 10h Apresentação do tema: “Marco
1402 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC”; 10h30 min Debate; 11h
1403 Apresentação dos candidatos, seguido de eleição; 12h Apuração Parágrafo único. O Ministério
1404 Público será convidado a participar dessa programação. Art.15. A apuração dos votos será
1405 iniciada às 12 horas do dia 20 de outubro, na presença do Grupo de Trabalho e dos demais
1406 presentes. §1º Serão considerados eleitos os mais votados em cada categoria de representação.
1407 §2º Em caso de empate, será considerada eleita a entidade ou a organização ou o conselho que
1408 tiver a data de criação mais antiga, comprovada no período de habilitação. Caso, ainda,
1409 permaneça o empate, o eleito será o representante designado mais idoso. (VOZ AO FUNDO)
1410 Destaque no Art.15 §2º. §3º O Grupo de Trabalho lavrará Ata da votação e da apuração,
1411 comunicando o resultado aos presentes e encaminhando-o para publicação. Capítulo VI Da
1412 posse. Art.16. Os representantes da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência
1413 Social eleitos tomarão posse coletivamente na plenária ordinária que ocorrerá no dia 18/11/16.
1414 §1º Aquele que, por motivo de força maior, não tomar posse nos termos do caput, deverá fazê-lo
1415 na Plenária subsequente. §2º Caso haja impedimento por parte do representante eleito em
1416 participar do CEAS, a entidade, ou a organização, ou o conselho deverá comunicar oficialmente o
1417 CEAS, indicando o substituto. Capítulo VII Das disposições gerais. Art.17. O Grupo de Trabalho
1418 poderá aplicar subsidiariamente o Código Eleitoral, naquilo que considerar cabível. Art.18. O
1419 Ministério Público Estadual será cientificado do Processo Eleitoral dos membros da sociedade
1420 civil e dos Conselhos Municipais para a composição do CEAS e convidado a participar do
1421 processo. Art.19. Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Conselho Estadual
1422 de Assistência Social. Art.20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Segue ai
1423 como anexo o que foi dito: Requerimento de habilitação; Formulário designação; Calendário
1424 desse processo de vacância. **LÚCIA:** O primeiro destaque é a Maíra no art. 2º §1º. **MAÍRA:** É
1425 porque fala assim: “O assento no CEAS é da entidade ou órgão eleito cujo mandato é de dois
1426 anos.” É só uma dúvida mesmo. Esse mandato vai ser até o final dessa gestão? Ou vai ser dois
1427 anos a partir da posse da entidade, que vai ser agora no final do ano? **CONSOLAÇÃO:** Não. É

1428 até terminar o mandato mesmo. **MAÍRA:** É de dois anos, não é? **CONSOLAÇÃO:** O mandato é
1429 dois anos. Esse processo é para cumprir a vacância desse mandato. **MAÍRA:** Então o mandato
1430 não vai ser de dois anos. **CONSOLAÇÃO:** Tem que mudar a redação. Falar: “Composição do
1431 mandato desse ano, que é de 2015/2017.” **MAÍRA:** Exatamente. Fica parecendo que o mandato é
1432 de dois a partir do dia que ela tomou posse. **LÚCIA:** Volney no art. 10. **VOLNEY:** Vocês me
1433 permitem voltar ao art. 2º? Eu não tive tempo de fazer destaques no momento. Olha só, art. 2º §
1434 3º “A indicação do representante do conselho municipal é de livre deliberação do colegiado, não
1435 podendo ter sido conselheiro do CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos como titular ou
1436 dois consecutivos como suplente.” Consolação, aqui remeteu aquela situação minha. Eu fui
1437 conselheiro como suplente durante um mandato e meio. Depois você lembra que a advocacia do
1438 Estado permitiu que eu me candidatasse a titularidade? Seria a mesma forma? **CONSOLAÇÃO:**
1439 Os pontos que não foram alterados eu estou repetindo a normativa que a gente aprovou no
1440 processo de escolha que tivemos na conferência, entendeu? **VOLNEY:** Aquele parecer na época
1441 foi: “Se eu fosse conselheiro como titular eu não posso me candidatar a titularidade, ou suplência,
1442 vice-versa.” Lembra do parecer da AGE? Lembra? Eu acho que seria interessante dá uma olhada
1443 nesse detalhe. Vocês entenderam gente? Ou não? PARTE 3 – Continuação. **VOLNEY:** O próprio
1444 CEAS é a instância de execução? Entendeu gente? O próprio CEAS? (VOZ AO FUNDO) Ok.
1445 **LÚCIA:** Pronto gente? Esclarecido para o encaminhamento da votação? **SIMONE:** Então vamos
1446 lá gente. Os conselheiros favoráveis a resolução que dispõe sobre o segundo processo de
1447 preenchimento das vacâncias relativa aos representantes da sociedade civil para compor o
1448 CEAS, por favor, manifestem levantando os seus crachás amarelos. Podem abaixar. Contrários.
1449 Abstenções. Então, foi aprovada por unanimidade. Muito obrigada. Agora nós vamos fazer o
1450 nosso penúltimo ponto de pauta. O último vai ser coroado com comissão de orçamento. O nosso
1451 penúltimo ponto de pauta é a plenária descentralizada do Conselho Nacional com os Conselhos
1452 Estaduais da região sul/sudeste. De novo eu vou passar aqui para a nossa secretária executiva
1453 nos auxiliar. Ela fará o relato de como estão as providências dessa reunião, que será realizada
1454 ainda neste mês. Então, por favor, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** A princípio a gente tinha falado
1455 que seria na cidade administrativa por ser um local melhor, de fácil acesso, mas a gente está
1456 olhando a questão da logística e alimentação. Então a gente buscou outro local. Estou só
1457 esperando a resposta. A PUC acolheu isso na reunião que a gente teve lá. Ela cedeu o espaço na
1458 universidade. É uma coisa interessante. Então a PUC está acolhendo. Ela só falta me encaminhar
1459 as salas onde a gente vai ter nessa reunião. E aí a gente vai repassar para todo mundo. Então o
1460 encontro vai se dar na PUC do Coração Eucarístico. O CNAS a princípio encaminhou uma
1461 proposta de pauta pra gente. Na mesa de abertura que vai vim é o presidente do Conselho e os
1462 conselheiros governamentais e da sociedade civil. Me parece que vai ter uma técnica da
1463 secretaria executiva, que é a Dorinha. Ela já foi inclusive secretária executiva do Conselho. Na
1464 proposta de programação, o Conselho coloca que no dia 30, após a abertura, vai ter uma
1465 apresentação dos diagnósticos regionalizados do Censo SUAS 2015. Isso ficaria na parte da
1466 manhã, só a abertura e o debate sobre isso. Na parte da tarde, ele tinha colocado a diretriz do
1467 plano decenal para as construções dos planos de trabalho do Conselho. A gente até discutiu isso
1468 na mesa diretora ontem, seria mais ou menos como que o Conselho vai trabalhar esse
1469 acompanhamento porque não tem uma ementa de cada um, não foi colocado. Tinha proposto o
1470 plano de trabalho dos Conselhos ainda nesta tarde. E no outro dia, pela manhã, tem um relato
1471 dos trabalhos dos Conselhos. Então vão ser os Conselhos da região sul/sudeste. O CEAS
1472 encaminhou ao CNAS um ofício solicitando que ele pudesse incluir na pauta, porque a pauta ficou
1473 muito esvaziada, uma discussão do que realmente está dentro da política de assistência social, o
1474 financiamento, as mudanças que estão ocorrendo principalmente ao BPC. Então o CNAS foi
1475 provocado em fazer essa discussão. O Conselho não respondeu ao ofício do CEAS. O presidente
1476 até ligou querendo saber por que o CEAS queria isso e como que deveria ser feita essa
1477 discussão. Ele encaminhou essa solicitação para a comissão de Conselhos do Conselho
1478 Nacional. Não tinha chegado uma resposta. Então a presidente e a vice conversando falou que

1479 nós vamos mandar outro ofício ao Conselho, já fazendo uma proposta de um tema. Nós vamos
1480 pegar um dos temas e colocar nessa pauta e já encaminhar como uma proposta. Nós temos
1481 inclusive pessoas de Minas que poderiam estar nisso. Então nós vamos já colocar quem poderia
1482 está discutindo esse momento do CNAS, inclusive colocado aqui na parte da manhã, e a
1483 necessidade que o Conselho Nacional assuma uma posição com o que está acontecendo. Então
1484 a gente encaminhou a pauta para eles e incluímos o debate sobre o decreto federal 8.805 que
1485 fala das alterações do BPC, os seus significados e impactos para a política. E aí já convidamos a
1486 ex-diretora dos benefícios sociais do MDS, a Maria José. Quem a conhece sabe da integridade
1487 dela com a política. A gente convidou e ela já confirmou a presença. Nós convidamos para a
1488 abertura o COGEMAS, a frente de defesa do SUAS, pra gente tentar melhorar e qualificar esse
1489 debate. Ontem a Selma da comissão de Conselho do Conselho me ligou colocando que isso já
1490 passou pela comissão, que a sociedade civil do Conselho concordava com o tema, mas eles
1491 ainda estavam em plenária discutindo, porque a parte governamental não estava concordando,
1492 principalmente com a indicação da pessoa. Mas como isso ainda não terminou, eles não me
1493 deram o retorno. Então eu acho que com essa inclusão desse debate, com a inclusão feita hoje
1494 de manhã, com o convite da frente, a gente conseguiu realmente qualificar melhor a discussão.
1495 Nós encaminhamos para as secretarias dos Conselhos também informando o que o Conselho
1496 tinha feito. As secretarias executivas também fizeram coro junto ao CEAS falando da importância
1497 de ter essa discussão. Minas mais uma vez avançando, inclusive na pauta, não é? **SIMONE:**
1498 Essa é a proposta da programação. Só lembrando que as discussões que já foram feitas aqui é
1499 que a frente vai compor a mesa, não é Consolação? A frente vai compor a mesa. O Fórum
1500 Estadual dos Trabalhadores vai compor a mesa. Isso a gente nós já decidimos aqui também. Nós
1501 tínhamos sugerido na presidência ampliada que o COGEMAS será convidado para compor a
1502 mesa de abertura e também para este debate. E para este debate também, nós vamos convidar a
1503 frente estadual de defesa do SUAS, sobre os desafios colocados no cenário nacional. Alguém
1504 tem mais alguma questão para colocar? Eu só vou reafirmar a importância de todos os
1505 conselheiros estarem presentes e participarem dessa reunião. É mais do que uma reunião, vai ser
1506 uma reunião da gente dá um posicionamento em conjunto com o Conselho Nacional na defesa do
1507 SUAS e da responsabilidade social. Agora, nós passaremos para o nosso último ponto de pauta.
1508 Então eu convido a conselheira Isabela, que é coordenadora da comissão de financiamento, para
1509 que ela faça o relato da comissão. **ISABELA:** Boa tarde pessoal. Eu cheguei atrasada, não é?
1510 Desculpa. Ontem a gente reuniu e estavam presentes quase todos os membros da comissão, só
1511 o Leonardo, da SEPLAG, que não esteve presente, mas justificou. Ontem a comissão começou
1512 fazer a análise da prestação de conta do segundo trimestre. A prestação de contas foi
1513 encaminhada pela SEDESE na sexta-feira passada, e aí a secretaria executiva encaminhou para
1514 os conselheiros. A gente não conseguiu analisar tudo, mas a parte que foi discutida a gente
1515 queria trazer alguns encaminhamentos, porque são encaminhamentos de informações
1516 complementares do debate mesmo que a gente fez. A gente queria compartilhar isso com vocês.
1517 A gente discutiu as ações orçamentárias da prestação continuada de apoio técnico, o piso mineiro
1518 fixo, o piso mineiro variável, e a oferta direta de serviços, que são as casas lares financiada pela
1519 SEDESE. Em relação ao piso fixo a SEDESE trouxe a informação de que foi realizado o
1520 pagamento só até o mês de abril. A maioria dos conselheiros já estavam cientes. A comissão está
1521 sugerindo como encaminhamento: Que seja incluído Simone nos informes que a SEDESE faz a
1522 situação do pagamento do piso em todos os meses. Apesar de que a Simone sempre costuma
1523 trazer essas informações. Mas eu acho que fica mais claro ficar registrado que a SEDESE está
1524 trazendo essa informação mensalmente para facilitar o acompanhamento. Em cima disso, a gente
1525 fez uma discussão sobre o reajuste do piso mineiro que estava previsto no orçamento deste ano.
1526 O orçamento total do custo do piso mineiro fixo é R\$ 54 milhões. A gente tinha conseguido incluir
1527 na LOA esse ano um aumento de R\$ 4 milhões. Eu não sei se vocês estão lembrados. Seria para
1528 dar um reajuste. O piso mineiro hoje é calculado com a base de famílias cadastradas no
1529 CADÚNICO em agosto de 2010. Então está muito defasado. Hoje tem muito mais gente

1530 cadastrada no CADÚNICO. Ano passado na revisão do PPAG tinha sido previsto este aumento
1531 escalonado. Sairia de R\$ 54 milhões para R\$ 72 milhões. Só que o governo do Estado falou:
1532 “Olha, eu não consigo dar este aumento. Mas posso fazer escalonada de quatro em quatro anos.”
1533 O que está acontecendo neste ano é que a gente está com um cenário de construção
1534 orçamentária financeira. Foi previsto ao aumento, mas a gente está ainda suando para pagar o
1535 valor como ele já estava colocado. É o valor dessa base de 2010. Então a comissão trouxe essa
1536 preocupação, da gente pensar em uma forma de articular e tentar garantir esse aumento do piso
1537 mineiro para o ano que vem. Agora está na época de elaboração da LOA. É o próximo ponto que
1538 a gente via trazer para vocês. Então a gente tem que pensar em uma articulação para tentar
1539 garantir esse aumento para o ano que vem, Para este ano vai ser difícil. Outra informação, eu não
1540 sei se está todo mundo ciente também. Em abril deste ano tinha sido publicado um decreto de
1541 programação orçamentária que alterou o limite que a gente tem para gastar com o orçamento.
1542 Então tem a LOA aprovada com o valor de R\$ 80 milhões de fontes do Estado, mas foi aprovado
1543 um limite de R\$ 64 milhões. Então a gente teve que adequar o nosso orçamento. A SEDESE
1544 continuou fazendo uma negociação dentro do governo para conseguir a liberação total do
1545 orçamento. Inclusive hoje a secretária Rosilene está para dar uma notícia boa. Ela tem negociado
1546 É uma sinalização de que talvez a gente vai conseguir a liberação dos recursos para colocar o
1547 piso mineiro em dia. Mas é isso. Então a gente está na disputa pelo recurso e tudo mais. Mas é
1548 importante a idéia de colocar isso no informe pra gente fazer esse acompanhamento mais
1549 próximo. Agora na comissão de orçamento nós temos o conselheiro Wilson, que era da comissão
1550 de normas. Ele veio para contribuir com a gente, principalmente na análise da prestação de
1551 contas, não é Wilson? Ele está trazendo algumas propostas pra gente tentar melhorar a forma de
1552 análise da prestação de conta. A gente está propondo duas coisas. Uma seria complementar as
1553 análises de execução direta. Hoje existem alguns documentos para complementar essa análise.
1554 Hoje a gente manda algumas telas no SIAF, são telas mais gerais. A sugestão é que seja
1555 mandado as cópias das ordens de pagamento do convênio de execução direta como uma espécie
1556 de amostragem. É ter uma análise documental para compor essa prestação de contas. A outra
1557 proposta foi da gente construir um fluxo de monitoramento das unidades de execução direta,
1558 prevendo inclusive a realização das visitas feitas pela comissão de normas. A gente até
1559 comentou lá na comissão de que isso é uma demanda antiga dos conselheiros em conhecer
1560 essas unidades de execução direta. E aí a gente está trazendo essa proposta da Cristiane. A Cris
1561 que trouxe isso. A gente teve uma discussão também em relação ao recurso do piso pra gente
1562 tentar aprimorar essa análise. A gente quer aprofundar essa análise na comissão. Então são
1563 esses três encaminhamentos que a gente está trazendo: Solicitar a SEDESE que inclu
1564 mensalmente nos informes a situação de pagamento do piso mineiro atualizada; Solicitar a
1565 SEDESE cópia das ordens de pagamento e convênio de execução direta com as informações
1566 complementares a análise de prestação de contas; E construir fluxo de monitoramento das
1567 unidades de execução direta. Aí a idéia é que a gente converse com a comissão de normas pra
1568 pensar nessa visita ou como que a gente pode fazer. Esse é o primeiro ponto. Pode falar o outro
1569 e depois a gente delibera? O segundo ponto é a alteração da proposta da lei orçamentária de
1570 2017, que é feita junto com a revisão do PPAG. A SEDESE informou que está em fase de
1571 finalização da elaboração da proposta. A gente fechou hoje de manhã, estamos quase fechando,
1572 tem que fechar alguns detalhes. Mas está quase lá. Na segunda-feira vai está’ pronto, com
1573 certeza. A SEDESE precisa submeter à proposta da lei orçamentária com o Conselho. Na
1574 comissão a gente pensou em realizar uma reunião extraordinária da comissão no dia 29 de
1575 agosto, um dia antes da reunião do CNAS, aproveitando os conselheiros que vão viajar. Então
1576 eles chegariam um pouquinho antes para participar da reunião da comissão pra fazer essa
1577 discussão da proposta da lei orçamentária. A proposta é passar pela plenária para aprovação.
1578 (VOZ AO FUNDO) Está joia. A comissão definiu algumas documentações pra SEDESE levar no
1579 dia da discussão da proposta de lei orçamentária, são: As deliberações da última conferência pra
1580 gente avaliar se essas avaliações estão contempladas no orçamento; As memórias de cálculo do

1581 orçamento; E essa proposta da atualização da análise de dado no CADÚNICO para elaboração
1582 de proposta. Uma outra questão que a gente discutiu é que dentro desse cenário de restrição
1583 orçamentária financeira a previsão é que no ano que vem é continuar com restrição orçamentária
1584 financeira. De repente pode ter essa melhora. Então a gente está fazendo as negociações
1585 internas com o Estado. Mas é importante também que o Conselho já comece a se articular. A
1586 gente tem a ALMG em um momento de revisão das resoluções e de emendas. Então seria
1587 importante o Conselho começar a articular com a ALMG pra que a gente não começar a perder o
1588 time, que é setembro. Em setembro a ALMG avalia o PPAG e vão ter as audiências. Então temos
1589 que pensar em uma forma de fazermos esse debate junto com a ALMG para garantir o aporte de
1590 recurso que a gente tem. **CRISTIANE:** Eu até tinha colocado ontem que quem tiver interesse e
1591 puder no dia 29 estar lá com a gente pra fazermos essa avaliação, até porque as deliberações
1592 das conferências são muitas. **ISABELA:** É. A gente propôs isso. Estamos trazendo para a
1593 plenária por questão de diária, pra gente discutir aqui como que vai ficar. Mas estão todos
1594 convidados. **VOLNEY:** Esse decreto de abril, se eu entendi bem, ele reduz o orçamento de 2016
1595 para 60%? (VOZ AO FUNDO) Pois é. Eu não entendi. Me explica esse negócio direito. O
1596 orçamento total do Estado houve redução? Me explica, por favor. **ISABELA:** Todo o fim de
1597 exercício é publicado um decreto de programação orçamentária financeira. Esse decreto define
1598 os serviços burocráticos para a execução dos recursos, mas ele define também os limites, que
1599 podem ser definidos pela SEPLAG. Tem uma análise que foi feita em abril, onde foi feita uma
1600 redução de várias ações orçamentárias do Estado. A previsão de arrecadação diminuiu em
1601 relação o que tinha sido feito quando foi construído o orçamento em agosto de 2015. Aí teve um
1602 decreto diminuindo o limite. Mas é como se fosse um teto dentro do orçamento e esse teto é x
1603 que pode gastar. E aí todas as secretarias tiveram que adequar os seus planejamentos. Isso não
1604 impede de que seja negociado, mas é o limite. (VOZ AO FUNDO) O decreto é o 46.949/2016.
1605 Esse é o de programação orçamentária. Eu não sei o número do decreto que alterou o limite. Se
1606 você entrar no site da ALMG você acha. **LÚCIA:** Eu queria fazer um registro aqui. Têm vários
1607 conselheiros que não tem muita familiaridade com a execução orçamentária e podem ficar com
1608 alguma dúvida. Existe uma lei que se chama "Responsabilidade Fiscal." O gestor tem obrigação,
1609 se ele for um gestor competente, de mês a mês avaliar o comportamento da arrecadação. O
1610 poder público ele não produz, ele não é uma empresa, ele não é um negócio, ele arrecada. Ele
1611 tem que acompanhar os índices da economia e fazer constantemente uma avaliação se aquilo
1612 que ele pensou olhou projetou vai se concretizar ou não. O orçamento ele é uma promessa, ele é
1613 uma possibilidade. O concreto é a arrecadação mês a mês. Quando o gestor te indício de que ele
1614 não vai arrecadar na mesma medida daquilo que está orçado, ele tem que fazer esse
1615 contingenciamento, ou seja, eu não vou poder gastar tudo o que eu planejei antes que o dinheiro
1616 esteja em caixa. A qualquer momento, apesar de ter o decreto, a qualquer momento em que a
1617 arrecadação muda, que o dinheiro entra no caixa do Estado ou do município, as ações vão tendo
1618 o custo normal. Ninguém faz contingenciamento para economizar. O que é importante ressaltar
1619 no que a Isabela colocou é que o decreto ele se endereça a todas as políticas. Não foi feito um
1620 contingenciamento seletivo de que esta ou aquela política sofreria o contingenciamento e outras
1621 não. Então é só pra gente entender e acompanhar, porque no final do ano o gestor tem que
1622 fechar as contas, tem que bater zero a zero. Se ele não bater zero a zero o tribunal de contas não
1623 aprova as contas, entenderam? Então é só pra gente entender como que é o mecanismo para dar
1624 cumprimento a uma disposição legal, que é a lei de responsabilidade fiscal. **VOLNEY:** Lúcia só
1625 complementando a sua fala. Ontem teve uma decisão do supremo. Mesmo o tribunal não
1626 aprovando as contas dos municípios e com 2/3 do tribunal de contas aprovando, as contas estão
1627 aprovadas. Vocês viram essa decisão ontem? Então eu fico questionando a própria associação
1628 dos tribunais de contas do Brasil soltou o pronunciamento. A gente fica espantado, não é? É
1629 maravilhosa a fala, é bacana. Mas ontem tivemos essa decisão no supremo federal, tanto que a
1630 mídia trouxe amplamente para todo mundo tomar conhecimento. **SIMONE:** Obrigada,
1631 conselheiros. Tem mais alguém que quer tirar alguma dúvida? Colocar alguma questão? Pois

1632 não, Sandra. **SANDRA:** Participando da comissão de orçamento no meu município há muito
1633 tempo, e também observando essa fala do Volney, eu acho interessante dizer que a gente entra
1634 no sentido de dizer o que vai ser priorizado no governo e para onde que vai. É uma luta mesmo.
1635 O importante é a gente ver qual que é o horizonte, o quê que a gente quer para o Estado e para a
1636 assistência social. Esse é o papel estratégico. É uma das funções mais importantes do Conselho.
1637 A gente tem que está atendo a crise. A gente tem que acompanhar mês a mês e fiscalizar para
1638 onde que o recurso vai. É isso. **SIMONE:** Obrigada, conselheira Sandra. No item um são três
1639 pontos de encaminhamentos. Deixa eu vê se lembro de cabeça: Que a SEDESE incluía no seus
1640 informes os repasses do piso. Hoje, de manhã, Isabela, nos meus informes eu fiz esse informe e
1641 os conselheiros já puxaram a minha orelha aqui. Eu já me retratei. Eu acho bom colocar nos
1642 informes da SEDESE independente da minha presença para que isso aconteça. Independente de
1643 eu estar ou não os informes da SEDESE tem que ser feitos; Solicitar cópia de pagamento dos
1644 convênios de execução direta. Essa execução direta é a indireta, não é? **ISABELA:** É. Já estava
1645 lá. **SIMONE:** Das ofertas indiretas; Construir o fluxo de monitoramento. Todos concordam com
1646 este encaminhamento? Tem alguma discordância? Então está aprovado. E no item II: É a
1647 reunião extraordinária. Com essa reunião extraordinária, fica aí também a questão colocada pela
1648 comissão. Os conselheiros que puderem participar no dia 29, participem. Mas nós vamos estar
1649 reunidos nos dias 30 e 31. Então a Consolação vai organizar o momento onde todos nos
1650 conselheiros vamos discutir a proposta orçamentária e deliberar. A outra questão colocada pela
1651 comissão, que é extremamente importante, eu peço a secretaria executiva pra colocar isso que é
1652 assim que a gente aprovar a lei orçamentária pelo Conselho Estadual, que a gente marque com o
1653 dep. André Quintão, que participa da comissão de orçamento e finanças. Então é pra gente
1654 discutir com ele a proposta que nós aprovamos. Discutir também o orçamento e essa questão que
1655 a Sandra colocou que também é bastante importante. O que está colocado como prioridade hoje
1656 no governo é o pagamento dos funcionários públicos, o pagamento da saúde, o pagamento da
1657 educação e o pagamento da assistência social. É importante que o Conselho cumpra o seu papel
1658 também e ajudar e lutar pelo financiamento da assistência social. Ok gente? Tudo bem? Então
1659 vamos votar, por favor. Está qualificado, Consolação? Então, como é qualificado, nós vamos votar
1660 nominalmente. Eu vou pedir a nossa secretária executiva pra nós dizer quem são os conselheiros
1661 que podem votar. **CONSOLAÇÃO:** Eu vou fazer a chamada então. **SIMONE:** É. **CONSOLAÇÃO:**
1662 Geisiane. **GEISIANE:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Luís George. **LUÍS GEORGE:** Pela
1663 aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Marta Elisabete. **MARTA ELISABETE:** Pela aprovação.
1664 **CONSOLAÇÃO:** Isaque. **ISAQUE:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Volney. **VOLNEY:** Pela
1665 aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Rosilene. **ROSILENE:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Josiane.
1666 **JOSIANE:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Rodrigo. **RODRIGO:** Pela aprovação.
1667 **CONSOLAÇÃO:** Wilson. **WILSON:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Cristiane. **CRISTIANE:**
1668 Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Máira. **MAÍRA:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Raquel.
1669 **RAQUEL:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Silvana. **SILVANA:** Pela aprovação.
1670 **CONSOLAÇÃO:** Lúcia Elena. **LÚCIA:** Pela aprovação. **CONSOLAÇÃO:** Simone. **SIMONE:** Pela
1671 aprovação. Então, por unanimidade, foi aprovado o brilhante trabalho da comissão de
1672 financiamento. Uma salva de palmas para a comissão. Muito obrigada aos conselheiros. Agora,
1673 gente, nós vamos fazer um intervalo para o nosso lanche. Nós vamos abrir o nosso lanchinho ali.
1674 A secretaria executiva proporciona o lanchinho. Depois vai ter um chapeuzinho rodando aí para
1675 todos pagarem, está bom? Deixa para a Geisiane! Esse lanchinho é em homenagem a ela!
1676 (APLAUSOS) - PAUSA - Eu pedi para a secretaria executiva transformar o nosso plano de ação
1677 em planejamento do Conselho Estadual. Então eu vou passar para a Consolação. Ela vai
1678 apresentar o trabalho que elas fizeram conjuntamente. **CONSOLAÇÃO:** A Rosa vai projetar, mas
1679 todo mundo recebeu. Ali na meta: Monitoramento das deliberações das conferências. É a primeira
1680 ação. A gente já criou a comissão de monitoramento. Ali tem até a data que a gente criou.
1681 Publicamos a resolução. Nos demais encaminhamentos, estamos com pendência da reunião da
1682 comissão. Ela se reuniu duas vezes, recebeu o material, e a gente não está conseguindo a

1683 agenda para essa reunião, porque está faltando a Geisiane, o sr. Luís George, a Soyla e o
1684 Leonardo, da SEPLAG. A gente estava tentando agendar essa reunião para os dias das nossas
1685 reuniões temáticas. O Leonardo fez um pedido pra gente pra vê se a gente consegue marcar em
1686 uma manhã no dia das comissões, já pra dar esse encaminhamento. O segundo ponto:
1687 Confecção dos anais. Já está em andamento o processo de compra. A gente está contratando o
1688 serviço de degravação, da formatação. Tudo está no processo que está sendo encaminhado. A
1689 gente espera que até dezembro a gente possa está com anais impressos. Nós os fizemos em
1690 formato de livro. Essa foi a ultima discussão que teve aqui. Nós estamos pedindo em livros mil
1691 unidades. A terceira ação: Ação do monitoramento do plano decenal. A proposta é o recebendo
1692 até o final do ano. Depois para acompanhar em 2017, nós vamos colocar essa complementação
1693 também no planejamento. Apoio aos Fóruns: Apoio ao Fórum Estadual de Usuário contribuindo
1694 com organização. Já foi feita uma minuta de proposta para esse fórum. Isso foi junto com a
1695 presidente Maria. Depois a gente vai conversar com o Bruno, que teve aqui hoje. Ele inclusive foi
1696 estagiário nosso. Ele se colocou a disposição e se prontificou para está conversando e tentando
1697 apoiar o funcionamento do fórum. A proposta depois de ser revista por ele, vamos encaminhar
1698 para todo mundo, pra gente terminar e fechar esse formato do fórum. Essas contribuições do quê
1699 que a gente pode fazer foram previstas até o final do ano; Garantir participação: A gente garantiu
1700 participação dos usuários na reunião ampliada do Conselho, mas o fórum não se fez presente
1701 naquele dia; Orientar o CMAS com relação a essa criação. Nós ainda vamos está conversando
1702 sobre isso. Apoio ao Fórum Estadual dos Trabalhadores: Divulgação do fórum. Está acontecendo
1703 mais é isso. O fórum se reúne, e quando a gente recebe, está acontecendo a divulgação dessas
1704 reuniões; Orientação aos Conselhos Municipais em relação a essa criação. A criação regional a
1705 gente vai colocar junto com as URCMAS, para estarem organizando as questões do Fórum
1706 Regionalizado, tanto de usuário, trabalhador e entidade. Apoio a criação do Fórum Estadual de
1707 Entidade: Ainda não foi definido o modelo; A proposta é também até o final do ano. Criação e
1708 fortalecimento das URCMAS; Analisar o modelo das URCMAS; Verificar a sua relação. Já foi feita
1709 essa revisão primeiro; Realizar reuniões; Motivar a criação de reuniões; Propor capacitação;
1710 Resolução. Tem uma resolução instituindo a criação das URCMAS como fóruns regionais do
1711 controle social e político. É aquela resolução que foi falada aqui. Nós estamos nesse processo,
1712 até para que outras ações sejam executadas; O plantão de atendimento também está
1713 continuando; Análise e aprovação das prestações de contas. É uma atividade continuada;
1714 Apreciação e aprovação da proposta orçamentária; Apreciação e provação dos relatórios de
1715 gestão; Estabelecer instrumentos de mecanismo e articulação permanente com os demais
1716 Conselhos de políticas. Aqui a gente tinha pensado em uma nova avaliação. Como que já estão
1717 sendo instituídos os fóruns, e a proposta dos fóruns é a interlocução com os Conselhos, então
1718 ficou essa ação. Essa interlocução estaria por meio do fórum entre os Conselhos; Realização de
1719 plenária ampliada. Já realizamos uma. Existe uma proposta de chamar uma nova no final do ano,
1720 em dezembro talvez; Fortalecimento do controle social/municipal para fins de acompanhamento
1721 na fiscalização de recursos. Isso está sendo com orientações. Tinha sido proposta uma
1722 elaboração de um material. Comissão está discutindo sobre isso. O instrumental que foi feito a
1723 gente já vai poder passar para os Conselhos Municipais. Já tem um início disso; Melhorar a forma
1724 de divulgação. A gente já está melhorando. O site do CEAS já foi mudado. Nós já estamos nesse
1725 processo. A assessoria de informática da SEDESE está contribuindo com isso. Já estamos
1726 incluído as informações da nossa plenária, do quê que acontece nos boletins da SEDESE. A
1727 gente está vendo o que é necessário para transmitir a plenária do Conselho. Então a gente está
1728 fazendo o levantamento do que é necessário. A conselheira Gabriela esteve aqui na reunião
1729 comigo. A gente viu que essas ações corresponderiam praticamente tudo o que o Conselho faz,
1730 inclusive com algumas ações que são continuadas e de grande importância. Então ficou assim.
1731 Esse é o plano. Ficou em entendimento pelo Conselho que a gente estaria apresentando também
1732 na reunião do Conselho Nacional. Esse é o nosso plano de ação. A Gabriela está de férias. Ela
1733 fez o possível para estar aqui. Inclusive ontem a gente conversou. Mas ela justificou por estar de

1734 férias. É por isso que ela não está aqui. Ela não conseguiu conciliar a agenda dela para star
1735 presente. **SIMONE:** Em discussão o nosso plano. O debate que a gente fez na mesa diretora do
1736 Conselho é que o nosso planejamento tem uma durabilidade. Nós vamos continuar a fazer o
1737 nosso planejamento. Eu queria só destacar que é um planejamento que tem uma direção para o
1738 fortalecimento para a organização dos trabalhadores, dos usuários e das entidades. Todo o
1739 esforço do Conselho será no sentido da organização. Isso é muito importante. Nós não estamos
1740 fazendo um planejamento burocrático e nem de discussões de datas para aprovar isso ou aprovar
1741 aquilo. No ponto de vista político, o nosso planejamento aponta a importância da gente organizar
1742 as URCMAS, colaborar no apoio aos trabalhadores, dos usuários. Discutimos lá na mesa diretora
1743 a importância da gente fazer uma orientação do Conselho Estadual, dos municípios, para apoiar a
1744 organização dos usuários. É preciso criar as comissões locais de usuários de assistência social
1745 nos Conselhos Regionais, nos CRAS. Essa é uma forma da gente colaborar com a organização
1746 dos usuários. Eu peço a nossa secretária executiva que ela peça a nossa assessoria de
1747 comunicação que divulgue o nosso planejamento. (VOZ AO FUNDO) Que isso gente?
1748 **CONSOLAÇÃO:** É o elevador. Alguém ficou preso. (VOZ AO FUNDO) Pedir para dar um
1749 destaque no nosso planejamento a questão da organização que está muito presente no nosso
1750 planejamento. Agora para finalizar a nossa pauta, estamos aguardando a chegada da secretária
1751 adjunta. **ROSILENE:** Essa proposta que você colocou da importância da organização dos CRAS,
1752 talvez a comissão de política podia pensar... Eu não sei o que vocês pensaram, como que é.
1753 **SIMONE:** A gente ainda não discutiu. Esse é um ponto de pauta para a comissão de política. Nós
1754 temos experiência em Belo Horizonte, temos experiência em Poços. Nós devemos criar um
1755 instrumento de orientação. Hoje saíram duas pautas importantes para a comissão de política, não
1756 é? **ROSILEINE:** Sim. **SIMONE:** A supervisão, e a participação dos usuários. Todas as duas
1757 pautas muito importantes. Mais alguém? **SANDRA:** É só mais uma pauta para a comissão de
1758 política. Há três plenárias passadas a gente ficou de trabalhar a possibilidade ter uma comissão
1759 de RH. Tudo agora é para a comissão de política, para além de outras pautas e outros assuntos.
1760 Eu vejo muita pauta, muita demanda referente ao trabalhador. A comissão de política não dá
1761 conta de tudo gente. Tem temas que tem que ser aprofundados. Eu não sei, talvez seja pra esse
1762 ano ou para o próximo. Eu não sei. Obrigada. **SIMONE:** Eu acho que esse é um tema que tem
1763 que discutir na comissão de política. O que a comissão de política tem trazido pra nós é que a
1764 pauta tem sido exclusivamente de denúncia. Então tem que levar pautas de políticas lá também, a
1765 participação dos usuários, a supervisão técnica e esse debate da gestão do trabalho. Gente, eu
1766 vou pedir a conselheira Lúcia para coordenar a reunião aqui pra mim. Eu e Geisiane vamos pegar
1767 a BR 381, que é uma BR extremamente complexa. Então, muito obrigada a todos. A Lúcia
1768 continua a coordenar a reunião do Conselho Estadual. Bom final de semana e até a próxima.
1769 Tchau! (APLAUSOS) (VOZ AO FUNDO) **MARTA ELISABETE:** Gente! Olhem o que eu acabei de
1770 receber aqui. A justiça a pedido do MP Federal suspendeu a norma do Conselho Nacional de
1771 Política Sobre Drogas, que permitia a existência de instituições de acolhimento aos usuários de
1772 drogas que não cumpriam os requisitos de funcionamentos exigidos pelo ministério da saúde,
1773 contrariando o que diz a lei nº 11.343/2006. Aí coloca aqui: "Uso abusivo de drogas é uma
1774 questão de saúde pública. Fiquem atentos! Cárcere privado! Desrespeito a liberdade religiosa! O
1775 trabalho forçado e a tortura não é tratamento do MP Federal." (VOZ AO FUNDO)
1776 **CONSOLAÇÃO:** Só um esclarecimento gente. Foi até um ponto de pauta trazido pelo nosso
1777 conselheiro Rodrigo. Ele pediu a fala da secretaria adjunta da casa civil. Ele pediu essa inclusão e
1778 foi proposto isso. O convite foi para ela. Hoje, sexta-feira, trânsito, ela ficou presa no trânsito. Ela
1779 já mandou mensagem informando que está a caminho. Eu acho muito chato. O Conselho
1780 convidou e não esperar a pessoa... (VOZ AO FUNDO) **MARIAH BROCHADO:** Boa tarde gente.
1781 Eu queria pedir desculpa pelo atraso. A gente estava pensando em um projeto para o Estado que
1782 é o "Minas em diálogo." Hoje foi a inauguração, a primeira intervenção dialógica. O tema era
1783 sobre "Gestão de documentos e arquivos." Uma das dificuldades que a gente tem nessa gestão é
1784 de acesso a história do que foi construído até pra gente continuar. Eu fiquei até agora por

1785 respeitar a fala dos nossos palestrantes. Eram três palestrantes e eu saí correndo. O evento
1786 ainda continua. É o primeiro de uma série de eventos no Estado de Minas, não só para a gestão,
1787 mas para a cultura mineira. Então é por isso que eu me atrasei. Eu quero agradecer o convite do
1788 Conselho na pessoa da Consolação e da Lúcia. O tema sugerido é: “Ética”. Em 20 minutos, 30
1789 minutos, eu imagino que da falar de ética, que é um tema que da vontade de falar diante de uma
1790 realidade tão apática contra a ética que nós temos vivido em particularmente na estrutura das
1791 políticas desse país. Eu sou uma entusiasta do tema, até mais pelo romantismo e ingenuidade no
1792 início minha pesquisa acadêmica, hoje por convicção. Eu sempre procurei discutir ética, primeiro
1793 porque a minha formação é compartilhada com um grupo de pensadores mineiros sobre a tutela
1794 do padre Vaz. Eu estudei no Instituto Loyola. Eu fiz o meu mestrado em filosofia de direito na
1795 época, depois eu fiz doutorado em direito e doutorado em filosofia pública, onde eu retomei a
1796 discussão sobre a ética. O padre Vaz com absoluta certeza é um dos maiores entes que a cultura
1797 brasileira teve a honra de nos deixar como legado. Mas, como ele era de Ouro Preto, vivia em
1798 Belo Horizonte, jesuíta, viveu no mosteiro, escreveu toda a sua obra em português. Então eu não
1799 tenho dúvida de que ele era o maior filósofo brasileiro. Há alguns anos atrás, em 2003/2004,
1800 houve uma homenagem na França para os maiores filósofos. Os franceses, vocês sabem, eles
1801 não são brincadeira. O termo “civilisation” é deles, o resto é cultura local que eles não estão nem
1802 aí. Infelizmente eles angariaram pra si uma empatia enorme por essa cultura soberba. Mas todas
1803 as culturas têm os seus vilões. O padre Vaz estava nesta lista dos dez maiores filósofos. Isso é
1804 um orgulho não só por ele ser brasileiro, mas por ser mineiros e por escrever toda a vida em
1805 português. Então falar de ética, é sempre rememorar as falas do padre Vaz, tanto é que eu
1806 estudei ética, antropologia filosófica, curso sobre a natureza, teologia também, consciência
1807 jurídica e consciência moral. Eu acreditava que se não tivesse um garantia de direito na área
1808 jurídica, o censo de justiça e o censo moral, não era possível pensar no direito contemporâneo da
1809 forma positivista há dois séculos praticamente. A tese do meu doutorado foi justamente sobre o
1810 conceito ético do direito. Eu já entendia a ética como conceito mortal de justiça, e não como
1811 comportamento instantâneo. Como eu tinha pouco tempo pra falar com vocês, eu pensei em
1812 fazer a discussão mais como a ética contemporânea e crítica. Eu vou colocar aqui dois
1813 paradigmas. Eu queria fazer uma breve historiografia porque, falar de séculos e de milênios é um
1814 problema. São conjecturas, os documentos se perdem, a memória, as experiências. Eu me
1815 lembro de um livro que chama “Verdade e método,” sobre como é possível a verdade, a
1816 exuberância metodologiza pela ciência continuar sendo verdadeira. Ou você se afasta da
1817 verdade, que é real, ou você vive a verdade na mais científica dela. Nós não somos os melhores
1818 avaliadores da democracia no Brasil hoje. Os nossos filhos, nossos netos, no futuro, vão aprender
1819 muito com as nossas experiências no presente. Então, ou você tem verdade, ou você tem
1820 método. A ciência do método que coloca na linguagem própria para aqueles que ainda vem
1821 compreender mata muito dessa verdade. Isso aconteceu de fato comigo. Eu estava na banca de
1822 vestibular, eu e o Roberto Dumont tínhamos feito dez questões porque a obra dele iria ser
1823 cobrada na prova de literatura. E aí a gente deu pra ele fazer o gabarito, ele errou oito. Era uma
1824 briga, uma batalha em hora, porque não existe pior interprete que o interprete de si mesmo. O
1825 autor não pode se interpretar. Depois que você enraíza de uma forma o espírito já te pertence.
1826 Você objetivou. Os outros que vão compartilhar, e eles que vão dizer o espírito que está sendo
1827 objetivado. E é óbvio que espírito objetivado vai ter que passar para os espíritos subjetivos, A
1828 obra vai se construir assim. Falar de ética no século XXI sem pensar na assistência social, sem
1829 resvalar no assistencialismo é fundamental. Eu u tenho que pensar em assistência social não
1830 como piedade, como caridade, como carência, mas como um exercício digno de direito que tem
1831 imposição para o governo do estado e para a sociedade civil. Se eu não faço uma leitura ética eu
1832 caio no assistencialismo. Eu publiquei um artigo na revista do tribunal de conta do Estado que tem
1833 um texto: “Prolegômenos à ética ocidental.” Por que ocidental? Porque como a área ocidental
1834 entende o falar da filosofia ocidental, ele está sempre limitado metodologicamente como um olhar
1835 ocidental. Enquanto os europeus agrediam, hostilizavam e até torturavam rudemente os

1836 selvagens locais para terem certeza que eles tinham a alma, os selvagens locais deixavam
1837 aqueles assassinos europeus horas mortos na beira do rio observando por dias, porque tinham
1838 convicção de que eles não entrariam em estado de decomposição. Então vejam como que um olhar
1839 cultural ele macula a experiência. Foi em razão desse diálogo, dessas convicções equivocadas que
1840 esse assunto civilizatório aconteceu dessa forma. Encontraram convicções que eram excludentes,
1841 mas complementares. Toda a vez que a gente fala sobre filosofia... Eu estou carente de filosofia,
1842 mas desacreditada e desanimada com ela. Se eu começar a falar sobre filosofia aqui vai virar é
1843 um desabafo e futurologia. Então vamos falar do tema atual com alguns exemplos práticos que
1844 vivo lá na Casa Civil. Esse artigo foi produzido, e dele eu fiz também um verbete. Ele é um pouco
1845 mais sintético do que esse artigo. Mas ele é um verbete que dá uma idéia dessa história da ética
1846 ocidental. Eu tentei fazer algumas vias de maneira didáticas. Rigorosamente a palavra ética é
1847 sinônimo de moral. A ética vem da palavra "ethos." A palavra "ethos" é grega. No século VI eles
1848 começaram a usar a terminologia "ethos" para o "ethos homo" e após "ethos humanos." Algumas
1849 regras da natureza são observadas e são quase infalíveis. A idéia era de respeitar essa ordem e
1850 universal e trazer para o plano da apólice normas rigorosas que pudessem ordenar a apólice.
1851 Então a concepção grega de ordem é que traz a palavra "ethos" para a apólice, para ordenar a
1852 vida da sociedade sob pena de ela falir, como qualquer desvio de regra do universo. As regras
1853 não são observadas porque é um processo instantâneo. Então moral e ética não existe razão
1854 para distinguir. Ocorre que dois fenômenos: um político e outro propriamente intelectual acabaram
1855 distinguindo essas expressões. O político surge no período da ditadura. E aí os moralistas são
1856 aqueles indivíduos que denunciam e compartilham o "ethos". A palavra moralista ela assumiu
1857 uma versão pejorativa. Como o moralista passou a ser uma expressão como moral, moralidade,
1858 moral cristã, moral médica, moral excessiva, então nós começamos a usar ética. É a ética do
1859 advogado, ética das instituições, ética universitária. A gente não fala a moral do advogado, sim a
1860 ética. A razão prática é aquele lado da inteligência humana que age, que atua e que sofre as
1861 consequência. É por isso que a gente chama de consciência pesada. A palavra consciência vem
1862 de "côncio", que significa testemunha. Eu sou consciente, mas eu sou testemunha dos meus
1863 atos. E como eu sou testemunha dos meus próprios atos, eu sei das possibilidades que eu opto, e
1864 logo depois que eu opto eu me responsabilizo. É uma coisa absurda você pensar com a
1865 consciência pesada, porque como é que eu posso ter a consciência pesada, que na ética a gente
1866 chama de remorso, sendo que eu fui o mentor, o articulador e o decididor sobre a ação. Acaba
1867 que a pessoa sempre fica em estado de arrependimento, de remorso, mas não deixa de fazer de
1868 jeito nenhum. O padre Vaz tinha usava um termo interessante assim: "A igualização não é
1869 igualdade." Por que igualdade pressupõe diferença e preservação das identidades. Então
1870 igualizar é aquele discurso raso de que todos são iguais. Somos iguais perante a lei, mas as
1871 pessoas cada uma vai seguir o seu caminho segundo os seus talentos, os seus métodos e arcar com
1872 isso. Não tem como tirar isso de nós. É a nossa identidade. Nós vivemos em uma sociedade hoje
1873 que eticamente proclama a igualização que não é possível. E aí tem essa frase do padre Vaz:
1874 "Em sociedade totalmente igualitária ela seria uma sociedade vivendo de boas pastagens, e
1875 vivendo muito bem de boas pastagens, mas sem nenhuma razão de viver." Ninguém pode pautar
1876 em uma política pública as minhas razões de viver. Isso é absolutamente incontrolável. Não é
1877 possível, senão você acaba com a humanidade. Se existe outra forma de vida humana ou
1878 racional que não seja essa, então é um anjo. Não é um ser humano. A moralidade e filosofia
1879 prática que tenta passar o que é uma ética para todos, elas estão aí. Elas continuam por aí, mas
1880 muito mais como um cuidado do que propriamente como ruptura e apresentação de fórmulas
1881 novas para enfrentar os dramas em uma sociedade. Evidentemente que a gente não tem
1882 resposta. A ética no capitalismo não funciona, é infinitamente mais evasiva, é agressiva. Nós
1883 viramos uma sociedade gulosa e bulímica, porque a gente consome e põe pra fora. A pessoa não
1884 dá conta de acessar tudo e consumir, e principalmente assimilar. Na época que a gente se
1885 correspondia por carta, que a gente esperava a carta vir, voltar, escrever a carta, cheirar a carta,
1886 botar perfume na carta, a vida valia mais a pena que essa vida de e-mail, whatsapp. Na

1887 Alemanha eles têm olimpíadas de quem passa mais mensagens em tempo recorde. Então não
1888 temos mais tempo para cuidar, para buscar o valor que traz aquele evento, o quê que eu desejo
1889 mesmo, qual é o meu projeto de vida. Nós somos atropelados por esse processo cibernético. Nós
1890 não damos conta mais de lidar com a parafernália a disposição. Se você está cansado de internet
1891 é porque você quer. Platão tinha o anel de gíges. A pessoa que tinha o anel de gíges ia para a
1892 água, virava a pedra do anel para a palma da mão e ficava invisível. Hoje nós temos costumes.
1893 Quais são os costumes da cidade de Belo Horizonte? Visitar a lagoa da Pampulha e visitar o
1894 mirante. Vocês vão ver que é tudo muito físico, é tudo muito material. Nós nos pegamos ao
1895 material, por quê? Por que somos sociedade construída. Nós somos apegados as coisas, mas
1896 que coisa? Objetos, não valores. É como a gente vê nas novelas, que o que importa é o que você
1897 tem não o que você é. Você não é nada! Você é o que você tem. O que você é em uma
1898 sociedade onde as pessoas não tem rosto? Elas não têm mais diálogos, elas estão escondidas
1899 atrás de telas ou de rádio show. Não é rádio show nada, aquilo é tudo forjado. É forjado porque
1900 ela não sabe fazer diferente do forjado. Eu tenho hoje um problema lá na secretaria do Nilmário,
1901 porque é uma secretaria única no Brasil. Ele trouxe todos os dados para a secretaria. Aí eu chego
1902 para uma reunião onde a gente tinha em pauta a comunidade LGBT, dos travestis nas selas. A
1903 gente estava em uma reunião de quatro, cinco horas e não conseguimos resolver o problema da
1904 divisão nas selas porque elas querem ficar nas selas. Então o quê que nós fizemos, ao invés da
1905 gente ter criado um esquema de aceitação e convivência com o próximo, eu tenho várias entre si
1906 que não se toleram. Eu não consigo dialogar. **SOYLA:** O grande problema também é a internação
1907 compulsória. A pessoa é transvestida. E assim, ela que usar calcinha, ela quer usar sutiã, ela tem
1908 seios e vai para uma internação de homens. **MARIAH BROCHADO:** Aí nós vamos tirar das selas
1909 dos homens e convencer as mulheres. **SOYLA:** Só que a clínica não aceita. Para a clínica ou é
1910 homem ou é mulher. **MARIAH BROCHADO:** É. A gente vai ter que escrever qual que é nosso
1911 gênero, não é? É um absurdo. A minha sexualidade não interessa! Você não tem que entrar na
1912 vida íntima das pessoas e elas dizer qual que é a preferência dela. Ninguém tem nada a ver com
1913 isso! As pessoas são intolerantes com os casais na rua. É uma hipocrisia cristã. Talvez não
1914 hipocrisia, mas não se sustenta mais essa igualdade que nós vivemos. A Indianára veio fazer
1915 uma palestra em uma universidade de direito onde eu estava presidindo a mesa. Eu tenho amigo
1916 que fala assim: “Eu estou hétero.” O João Nery foi o primeiro a fazer mudança, sofreu muito e até
1917 escreveu um livro sobre isso. E a Indianára também. Eles começaram discutir entre si, uma
1918 discussão refinada, de ponta, porque ela chega se apresenta como um ser humano de peito e
1919 pau. Ela é travestir. O Nery quer defender a tese da humanização precoce, porque segundo ele,
1920 se ele tivesse recebido a humanização na infância e na adolescência como muitas mães fazem
1921 no consultório de ginecologia quando a menina menstrua, ele não teria se submetido a todo o
1922 sofrimento para poder mudar de sexo. Parece que a tese do Nery é louvável. Se a pessoa vai
1923 sofrer quando ela quiser mudar o gênero, e se tem um mecanismo que me possibilita fazer esse
1924 processo, porque não? Aí vem a humanidade cristã da família a para poder avaliar isso, porque a
1925 criança não tem essa autonomia. E aí a Indianára disse: “Porque se tornar algo diferente de si se
1926 eu posso ser os dois? Qual é o seu problema com o (a) travesti?” Então nós não conseguimos,
1927 mas não é porque eles não querem, é porque não é possível chegar a um contexto. A tese da
1928 Indianára é tão sustentável quanto a do João. Eu não tenho como optar pela melhor. Eu não
1929 posso dizer que isso vai ser política pública e que vai humanizar. Eu posso dizer, por exemplo,
1930 que nos EUA a cirurgia de fimose é política pública. Nos EUA é assim, o menino nasceu e ele é
1931 consultado, acabou. É possível? Alguém vai discutir e não vai querer fazer isso no filho por uma
1932 questão religiosa? Vai. Nós temos questões no direito onde a igreja evangélica que tem um
1933 cântico mais elevado os vizinhos não querem participar do cântico. É uma atividade religiosa e o
1934 direito da liberdade. Eu estou falando isso no ponto de vista jurídico. Nós temos um caso em
1935 Tocantins da menina de uma tribo indígena que foi mordida por uma cobra venenosa, o pajé não
1936 estava conseguindo resolver. Eles a levaram para o hospital. Chega ao hospital, o médico fala:
1937 “Vai ter que amputar a perna dela porque demoraram chegar aqui.” Aí vem o MP, vem a FUNAI,

1938 mas é o juiz que vai dá a palavra final. O quê que o MP negociou? O pajé falou assim: “Não. Ela
1939 não vai perder a perna se nós continuarmos com o tratamento.” Então qual que foi a negociação?
1940 Eles negociaram que ela vai ficar internada, tomar antibióticos. “Nós vamos marcar a cirurgia da
1941 amputação aqui há duas semanas. E vocês continuem atuando aí.” Condição do hospital:
1942 Nenhuma enfermeira que atendiam a índia poderiam está no período menstrual. O quê que
1943 aconteceu? A perna da menina foi salva. Misturou a tribo com a medicina que falou que não tinha
1944 jeito. O médico não tem essa concepção, ele não é formado pra isso. Eu estou dando esses
1945 exemplos banais porque são complexos. A ética do século XXI é a ética da hospitalidade,
1946 porque nós hostilizamos, mas temos que hospitalizar. A hospitalidade é a palavra de ordem. Se
1947 eu não recebo o diverso, não é possível falar em ética no século XXI. Se as pessoas tem
1948 pertences: “Eu sou deste bairro, eu deste gênero, eu sou dessa raça, eu sou dessa etnia, eu sou
1949 desse projeto,” a idéia é a desconstrução da pertença. Não existe mais a pertença. Eu não
1950 pertenço a tribo nenhuma. Eu sou cidadã do mundo. Eu não posso decidir por princípio. As éticas
1951 elas se excluem. O político não decide por princípio. Vocês viram o show de horrores que foi a
1952 votação do impeachment: “Em nome do meu pai, em nome da minha terra, da minha família, em
1953 nome de Deus, em nome da minha tia, eu voto sim.” O quê que é aquilo? Em nome daquilo que
1954 se vota o impeachment? Em homenagem a tia? A guerra? É isso o que nós queremos? Aí eu
1955 tenho que tolerar. Se eu for pegar a ética da hospitalidade eu tenho que tolerar. Eu tenho que
1956 tolerar a pedofilia. Eu tenho que tolerar o incesto, o casamento de irmãos. Como é que eu tolero
1957 isso? Como é que eu tolero o discurso do pedófilo? Porque o pedófilo não tem cura. A pedofilia
1958 não tem intervenção. Não tem! Ele tem uma concepção de que ele precisa pegar aquela criança e
1959 ir lapidando ela até para que ela esteja preparada para sexualidade. Isso não é banal, não é.
1960 Falar em ética é pensar naquilo que a ciência não conseguiu contornar. Eu já vou terminar. Eu
1961 me lembrei de uma fala do padre Vaz. Eu fico sempre lembrando dele porque eu transitei sobre
1962 ética dentro das minhas limitações, dentro das minhas necessidades e o que eu consegui fazer
1963 eu devo a ele. O padre Vaz dá um exemplo assim: Deus tinha uma garrafa. Aí ele foi entornando
1964 tudo para poder existir. Ele fez à luz, a escuridão, as estrelas, o mar, a terra e fez o humano
1965 também. Aí no finalzinho ele deixou um cantinho lá pensando “isso eu não vou dar para os
1966 humanos não, vou ficar pra mim.” Esse cantinho que ficou lá se chama satisfação. Não tem jeito
1967 de metodologizar, normatizar, seres cuja essência seja divina, seja demoníaca, seja ilusionista.
1968 Eles são insatisfeitos por natureza. Se nós fôssemos satisfeitos por natureza, não estaríamos
1969 aqui em uma tarde, às 18 horas, falando sobre ética. Olha que somos insatisfeitos. Para que
1970 pensar em uma ética contemporânea? Pra quê? A vida é muito mais simples, não precisamos
1971 disso. Você precisa só das mãos, fazer a conchinha no riacho ou na cachoeira e tomar a água.
1972 De repente você está em uma mesa com dez talheres, não sei com tantos copos e você nem
1973 precisa usar tudo aquilo. Pra que isso? Você não precisa disso para alimentar na paz. Eu falei um
1974 pouco de improviso gente. Se vocês quiserem eu posso enviar uma bibliografia básica, com os
1975 tópicos mais importantes pra gente poder se encantar com o tema, apesar da minha desilusão
1976 com a filosofia. Mas é só uma desilusão acadêmica. Eu lá na sala da Casa Civil ainda tento a
1977 acreditar que a ética é possível e que particularmente a ética é uma política. Eu tenho alguns
1978 vídeos que eu posso compartilhar com vocês dos nossos políticos. São coisas maravilhosas. Eu
1979 vou colocar aqui pra vocês ouvirem. É rapidinho, um minutinho só tá? Eu só vou passar aqui esse
1980 vídeo porque eu não vou resistir. (VOZ AO FUNDO) O final foi: A mala está muito pequena. Quer
1981 dizer, isso aqui é a política brasileira. Nós estamos em um nível de oba-oba carnavalesco. A
1982 gente rir pra não chorar, não é? Eu estou a disposição do Conselho. Eu posso mandar para vocês
1983 o material, a pesquisa. Lá na Casa Civil estamos com as portas abertas e a disposição. Inclusive
1984 temos parceria com a SEDESE. Muito obrigada pelo convite. (APLAUSOS) **LÚCIA:** Eu queria
1985 agradecer em nome do Conselho Estadual, professora, que é um título que a senhora merece.
1986 Realmente, todos os dilemas que cada um de nós aqui, seja da sociedade civil, ou seja da área
1987 governamental, no processo de construção e de fazer acontecer as políticas públicas,
1988 enfrentamos muitas coisas pelo ideal do direito, da igualdade, da fraternidade, pelo direito da

1989 diferença. A gente pensar em um processo civilizatório é coisa pouca mesmo, não é professora?
1990 É coisa pouca, mas é muito. É a nossa história de vida, é a nossa pratica, é o nosso cotidiano. Eu
1991 acho que nós temos outras questões que talvez a gente possa pensar em localizar um pouco
1992 mais essa discussão do ponto de vista ético. Eu tenho certeza de que todos nós em algum
1993 momento já enfrentamos a convicção do direito, que eu luto pra todos tenham um direito. Muita
1994 das vezes quando eu converso com os técnicos lá no CRAS, lá no território, lá naquele lugar
1995 super difícil, que não tem nada, eu cheia de boas vontades, cheia de convicções vou até aquele
1996 beneficiário da política e ele fala pra mim: "Obrigado." Então eu acho que nós temos desafios.
1997 Esse Conselho tem caráter normativo. Nós temos aqui ainda uma comissão de ética que vai tratar
1998 de outras questões em relação às questões que estão nos outros Conselhos, que vão tomar
1999 outras decisões. Então, eu acho que essa é uma reflexão muito oportuna. Nós agradecemos
2000 muito a disponibilidade da senhora poder estar aqui conosco. Certamente em outra nova
2001 oportunidade que a gente puder trocar um pouco mais de experiência entre nós, que a gente
2002 pudesse delimitar um pouco um campo de discussão que nos ajudasse na construção daquilo
2003 que a gente tem que fazer cotidianamente. Alguém gostaria de fazer alguma colocação pelo
2004 avançar da hora? **WILSON:** Eu não sei se vocês assistiram ontem a final da dupla de vôlei de
2005 praia dos brasileiros. Vocês assistiram? No início do segundo set, o jogador da Itália pediu pra
2006 fazer um tira-teima, mas o juiz já tinha dado o ponto pra ele. Então o juiz demorou quase um
2007 minuto conversando com ele. O juiz não conseguiu entender porque que o jogador estava
2008 pedindo um tira-teima sendo que ele deu o ponto para ele. Ele queria o tira-teima pra saber, e o
2009 tira-teima mostrou que ele tinha encostado na rede. Nenhum narrador comentou nada, a coisa
2010 seguiu pra frente. Nenhum narrador deu ênfase a essa situação, a imprensa não falou sobre isso.
2011 É uma coisa de louco, não é? Isso é ética, não é? É isso. **LÚCIA:** Eu agradeço mais uma vez
2012 professora, pelo adiantar do horário, sendo que tem alguns companheiros aqui que viajam. Então
2013 eles têm programação de passagem, de horário de ônibus. Ninguém aqui percebeu que eu
2014 marquei o tempo. A professora falou durante uma hora, mas ninguém ficou impaciente, ficou
2015 desconfortável. Quem tinha urgência se retirou porque tinha. Mas a gente ficaria qui por mais uma
2016 hora. Obrigada professora. (APLAUSOS) Então, declaramos encerrada a plenária deste Conselho
2017 na tarde de hoje agradecendo a presença de todos. Que todos tenham um bom retorno as suas
2018 bases. FIM.

NOME	ORGÃO/ENTIDADE	ASSINATURA
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS.	
Josiany Vieira de Souza	ACONESQUITAC	
Leonardo koury	SEDA	
Leonardo Ladeira	SEPLAG	
Lucia Helena S. J.Rodrigues	COGEMAS	
Marta E. Souza	SES-MG	
Raquel F.F. Silva	CMAS/ São F. De Paula	
Roseane Gustina dos santos	FENEIS	
Rosilene AP. Tavares	CRESS/MG	
Sandra R. Barbosa	SINTIBREF	
Silvana Campos	SEE	

Walter Figueiredo Souza	Fed. das APAE's	
Cristiane Felipe	IMSNS	
Erica Andrade Rocha	CRP/MG	
Gesiane L. Soares	CARITAS	
Isabela de V. texeira	2SEDESE	
Luiz George M. Trindade	CMAS/ L. Santa	
Maira Coiores	SEDESE	
Maria da Pascoa Andrade	COGEMAS	
Rodrigo dos Santos	ASSPROM	
Simone A. Albuquerque	SEDESE	
Soyla Ranchel Santos Pereira	CMAS/ PARACATU	
Volney L.A. Costa	PSIND	
Wilson de sales Lana	SEF	

2019